



Aspectos da Qualidade de Vida do Estado do Rio de Janeiro

Olhar Comparativo

2020

E xpediente

Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ

Presidência

Gabriel Rodrigues Lopes

Vice-Presidência

Marcello Coimbra Costa

Centro de Estatísticas Estudos e Pesquisas – CEEP

Diretora

Gisela França da Costa

Coordenadoria de Políticas Sociais - COPOS

Coordenadora

Nathália Emygdia de Andrade

Equipe Técnica

Thiago Brandão Peres

Helena Patena Mendonça Vieira

Revisão

Lais Martins

Projeto Gráfico e Diagramação

Isabel Gonçalves

S umário

Apresentação	4
Síntese Metodológica	5
Aspectos Demográficos	6
Educação	14
Segurança Pública	24
Trabalho, Renda e Pobreza	29
Habitação e Saneamento	32
Conclusão	42
Quadro Resumo do Estado do Rio de Janeiro	42/43



Apresentação

A concepção, produção e publicação de indicadores socioeconômicos relativos à **qualidade de vida** no estado do Rio de Janeiro é uma das tarefas da Fundação CEPERJ. A divulgação dos resultados de pesquisa sobre as condições de vida da população cumpre papel estratégico e fundamental no acompanhamento das transformações sociais, econômicas e urbanas nos municípios e regiões fluminenses. E, a fim de estabelecer comparações com padrão de excelência científica dos indicadores do estado com os de outras unidades federativas, são seguidas as orientações metodológicas recomendadas por instituições de pesquisa renomadas (nacionais e internacionais), como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização das Nações Unidas (ONU) entre outras.

Este texto analisa o comportamento de variáveis em diferentes áreas temáticas no âmbito da política social ao longo dos últimos anos. Com um formato sucinto e informativo, o estudo "*Aspectos da Qualidade de Vida do Estado do Rio de Janeiro - Olhar Comparativo*" é uma publicação periódica que traz, a cada início de ano, um diagnóstico geral do estado, tanto a nível micro (municípios) quanto à sua posição em relação ao contexto nacional. Cabe destacar ainda que cada indicador será apresentado conceitualmente a partir de números absolutos e/ou porcentagens que favoreçam uma tradução simples de suas funcionalidades e das possibilidades de uso para o público em geral.

Os temas escolhidos para esta edição são: 1) Aspectos demográficos; 2) Educação; 3) Saúde; 4) Segurança pública; 5) Trabalho, renda e pobreza; e 6) Saneamento Básico – além desta introdução e da conclusão. Ao final, é apresentado um Quadro de Resumo que sintetiza os principais resultados encontrados. Mesmo não esgotando a totalidade do conceito **qualidade de vida**, acredita-se que essas são importantes facetas que o agente público deve conhecer e levar em consideração como ponto de partida para a elaboração de ações e de propostas para políticas públicas eficientes.

Síntese Metodológica

O presente estudo tem como referência primária o *Relatório Aspectos Sociais da Qualidade de Vida da População do Estado do Rio de Janeiro*, o qual, anualmente integra a prestação de contas do governo estadual ao final de cada exercício orçamentário. A produção dos indicadores socioeconômicos deriva de diferentes fontes, majoritariamente de instituições nacionais ou do próprio estado do Rio de Janeiro. A principal é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua), que conta com um conjunto de indicadores socioeconômicos sobre as famílias, os domicílios e as pessoas no estado. Além disso, a PNAD Contínua permite comparabilidade com outros estados do país, já que se trata de uma pesquisa nacional coordenada pelo IBGE. Outras fontes de informação relevantes são o Censo Escolar produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) vinculado ao Ministério da Educação; as estatísticas divulgadas pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) do estado do Rio de Janeiro (além de secretarias de segurança pública de outros estados); e o Banco de dados do Sistema Único de Saúde (DATASUS), fornecido pelo Ministério da Saúde.

As unidades federativas selecionadas para fins de comparação foram os demais estados da Região Sudeste: Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo. Rio Grande do Sul e Bahia foram incluídos por serem estados de porte populacional e econômico similares. Por último, além de gráficos e tabelas, foram elaborados mapas temáticos, a fim de ilustrar espacialmente os indicadores nos municípios e regiões fluminenses, nos permitindo apresentar os dados nas escalas estadual, regional e municipal.

Aspectos Demográficos

Tabela 1. População residente, percentual da população no Brasil, área, densidade demográfica e taxa de urbanização - 2020

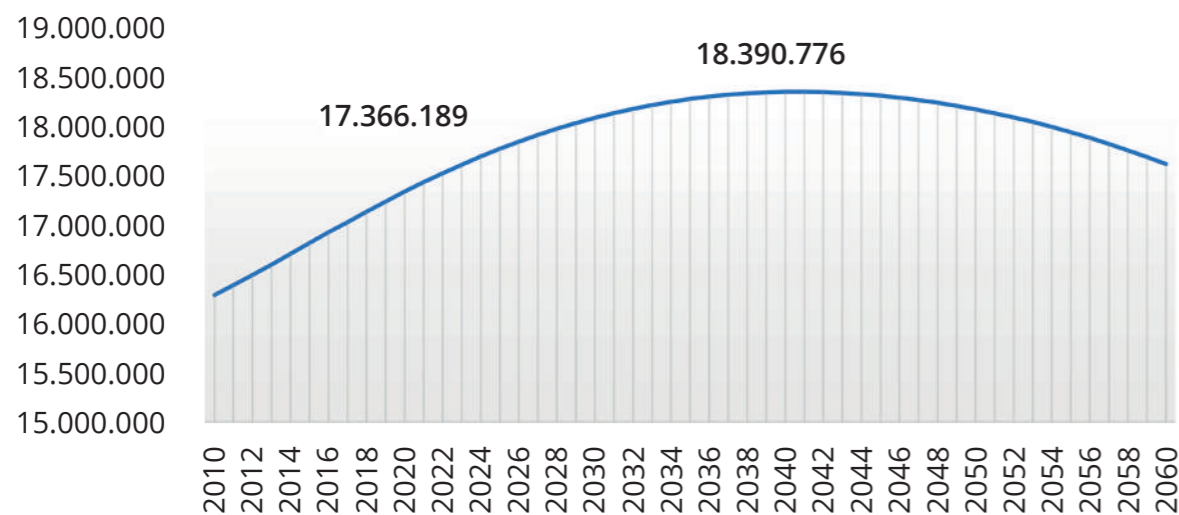
Região	População residente	(% no Brasil)	Área (em km ²)	Densidade demográfica (hab./km ²)	Taxa de urbanização (2010)
Brasil	211.755.692	100	8.502.728	24,9	84,4
Bahia	14.930.634	7,1%	564.831	26,4	72,1
Minas Gerais	21.292.666	10,1%	586.520	36,3	85,3
Espírito Santo	4.064.052	1,9%	46.099	88,2	83,4
Rio de Janeiro	17.366.189	8,2%	43.780	396,7	96,7
São Paulo	46.289.333	21,9%	248.197	186,5	95,9
Rio Grande do Sul	11.422.973	5,4%	268.782	42,5	85,1

Fonte: Estimativas da população do Brasil e unidades federativas. IBGE.

O estado do Rio de Janeiro permanece apresentando a terceira maior população do país em 2020. Com um total de 17.366.189 pessoas, corresponde a aproximadamente 8,2% da população do Brasil concentrada em apenas 0,5% do território nacional. O estado mais populoso é São Paulo (com cerca de 46 milhões de pessoas con-

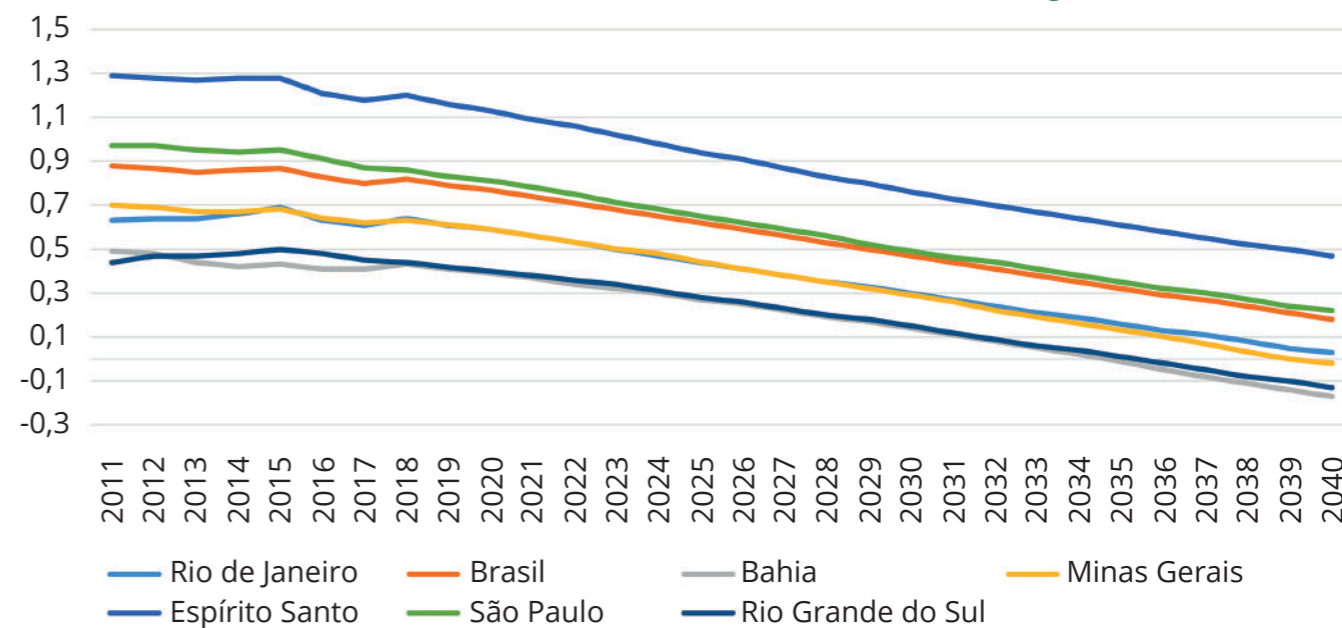
centrado em 2,9% do território nacional), seguido por Minas Gerais (com 21 milhões de habitantes concentrados em 6,9% da área total do Brasil). Em 2018, a densidade demográfica do estado do Rio de Janeiro era de 392 habitantes por km². Em 2020, a densidade registrada foi de 397hab./km², um crescimento de 1,2% em dois anos.

Gráfico 1. Projeção da população residente no estado do Rio de Janeiro (2010-2060)



Fonte: Projeção da população do Brasil e unidades federativas. IBGE.

Gráfico 2. Taxa de crescimento geométrica - TCG (%)

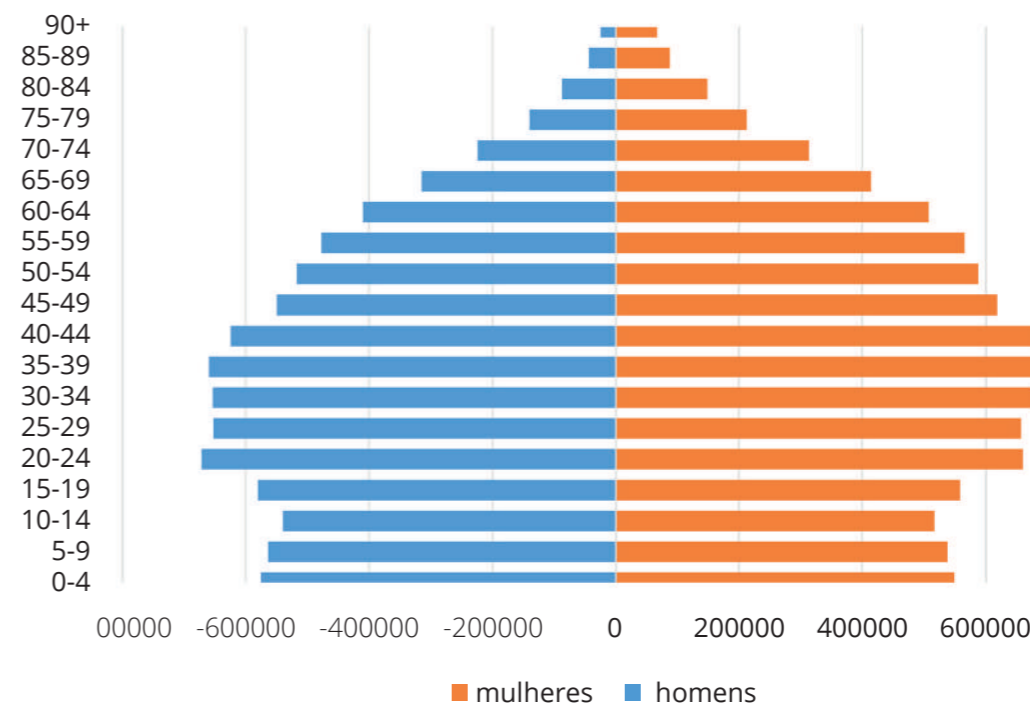


Fonte: Projeção da população do Brasil e unidades federativas. IBGE.

Segundo as projeções do IBGE o estado do Rio de Janeiro atingirá seu ápice populacional em torno dos anos 2040, com cerca de 18,4 milhões de pessoas (Gráfico 1). A partir dessa data é projetada uma reversão da tendência histórica, não apenas no Rio de Janeiro, como também na Bahia, no Espírito Santo e em Minas Gerais. Tal mu-

dança ocorrerá quando esses estados atingirem taxas de crescimento geométrico (TCGs) negativas, como ilustra o Gráfico 2. Nos dias atuais, o que ambos os gráficos demonstram é um processo lento, porém consistente, de desaceleração no ritmo de crescimento populacional, tanto nos estados quanto no Brasil.

Gráfico 3. População residente, sexo e grupos de idade - Rio de Janeiro. 2020



Fonte: Projeção da população do Brasil e unidades federativas. IBGE. Números Absolutos.

Gráfico 4. Projeção para 2040 da população residente. Rio de Janeiro

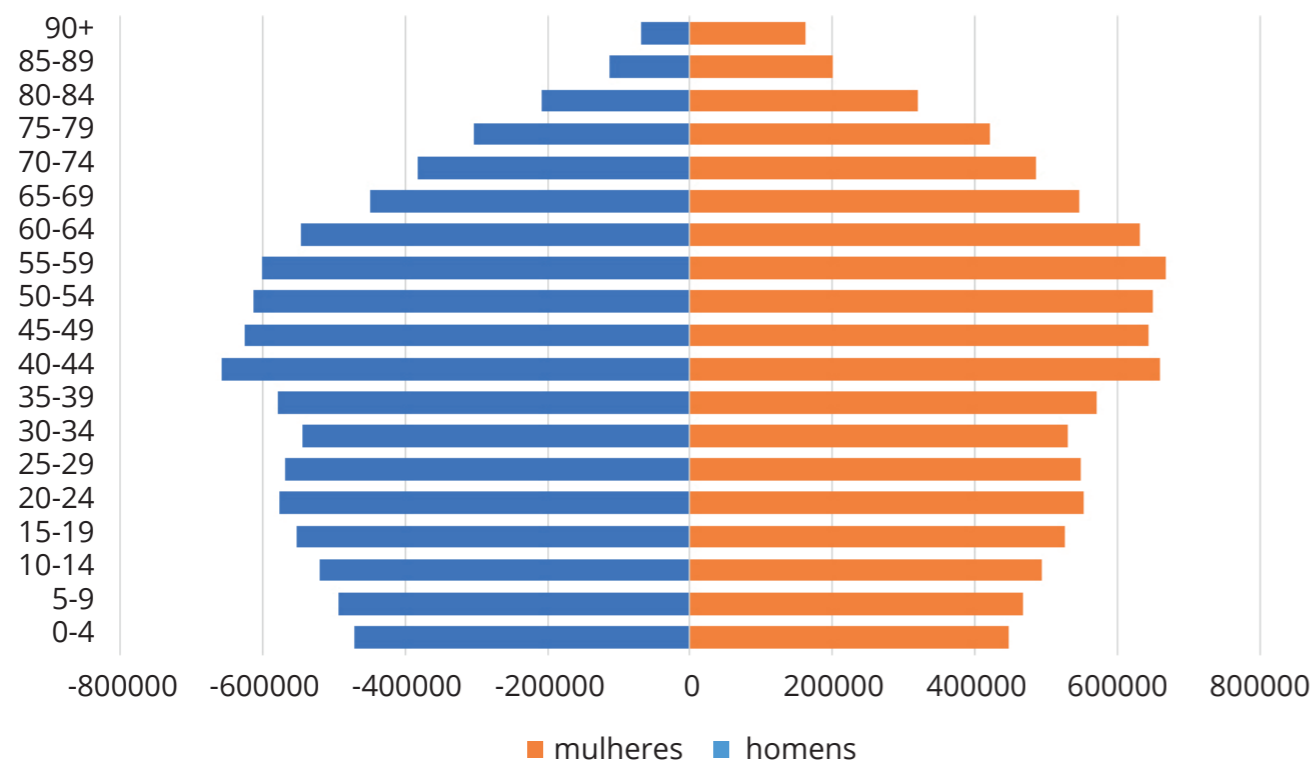


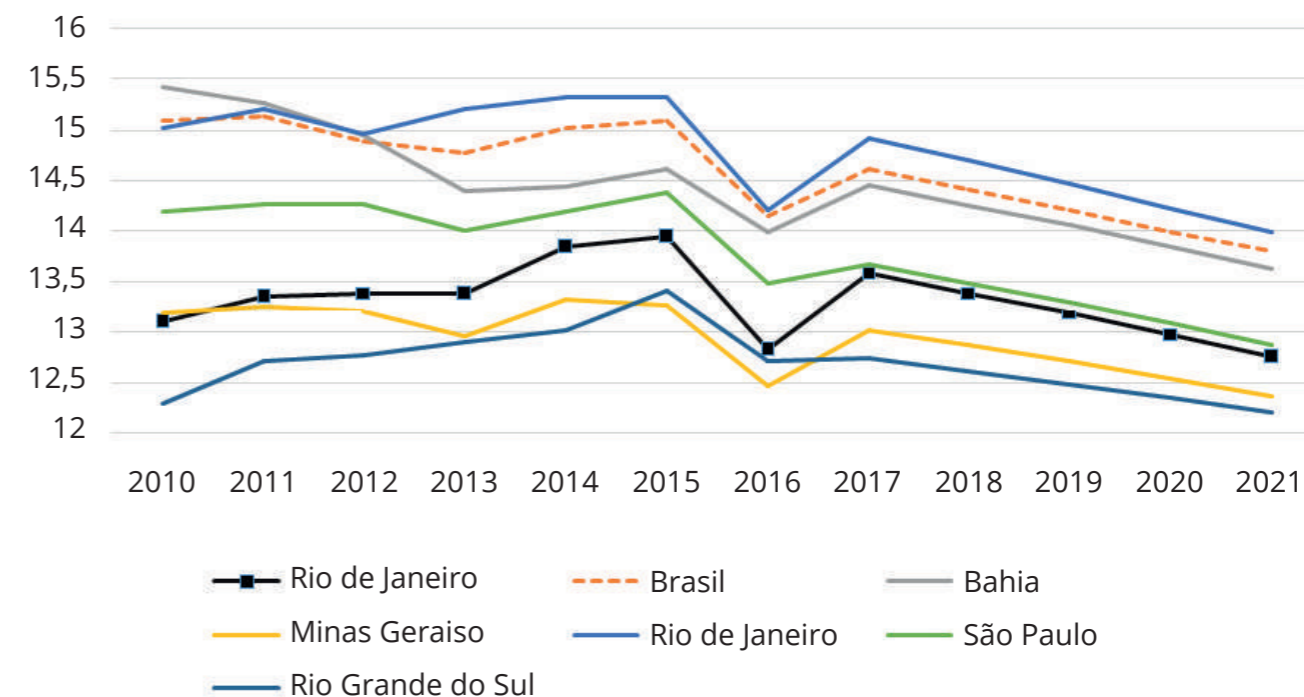
Gráfico 5. Projeção para 2060 da população residente. Rio de Janeiro



Segundo dados do IBGE as mulheres representam cerca de 52,2% da população do estado do Rio de Janeiro, com quase 9,06 milhões de pessoas em 2020. Os homens, por outro lado, representam 47,8% do total de habitantes do estado, com aproximadamente 8,3 milhões. Em 2040, estima-se que a população de mulheres (9,5 milhões) se manterá maior cerca de 7,2% que a de homens (8,8 milhões). No total, a proporção de homens e mulheres será de, respec-

tivamente, 48,1% e 51,9% em 2040. Estima-se que em vinte anos depois (2060) a proporção da população fluminense será composta de 51,6% de mulheres e 48,4% de homens. Observando os gráficos 3, 4 e 5, podemos notar que a estimativa do IBGE sugere que população do estado se tornará majoritariamente mais idosa a partir do estreitamento da base da pirâmide (de 0 a 24 anos) e correspondente alargamento do topo (60 anos ou mais).

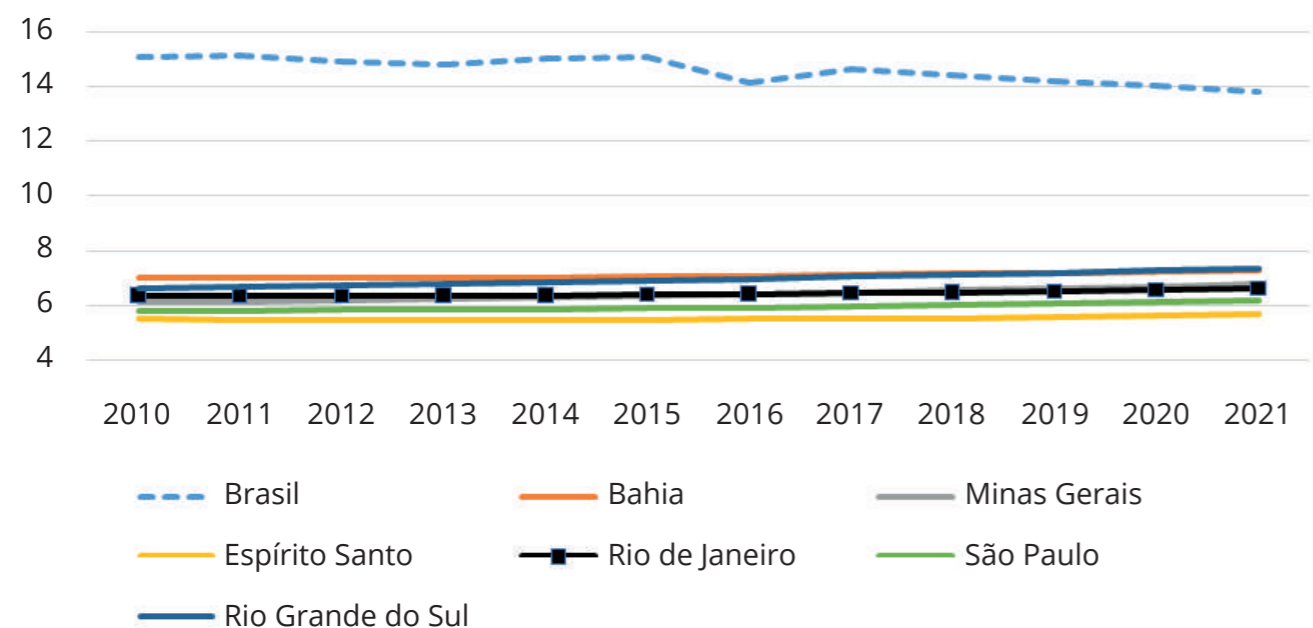
Gráfico 6. Taxa bruta de natalidade. Rio de Janeiro. 2010 - 2021



Segundo o IBGE, conceitua-se a taxa bruta de natalidade (Gráfico 6) como o número de nascidos vivos na população residente por mil habitantes, além de expressar a intensidade que a natalidade exerce sobre uma determinada população. Nesse sentido, é possível notar uma inversão da tendência de crescimento da taxa bruta de natalidade a partir de 2015 (quanto atinge o ápice de 13,94), que paulatinamente

recua para cerca de 12,75. Essa tendência de queda é observada também nos outros estados em análise, assim como na média brasileira. Ainda de acordo com o IBGE, taxas de natalidade bruta elevadas estão geralmente – porém não necessariamente – associadas a condições socioeconômicas precárias. Por esse motivo o recuo observado da taxa sugere uma melhoria na qualidade de vida da população.

Gráfico 7. Taxa bruta de mortalidade. Rio de Janeiro. 2010 - 2021

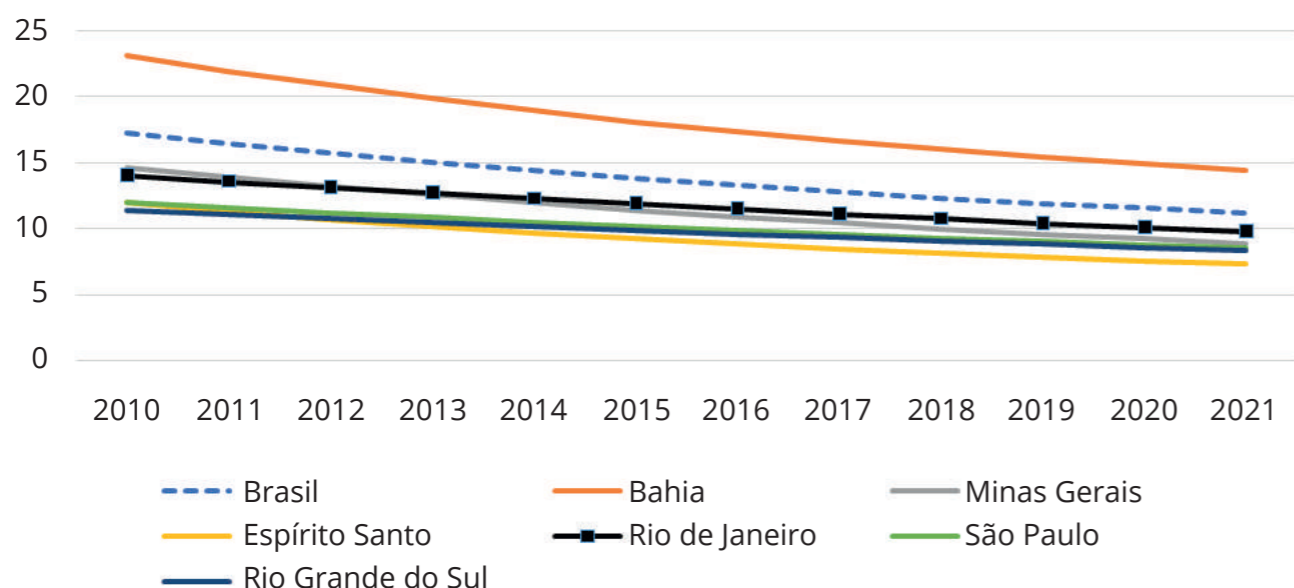


Fonte: Projeção da população do Brasil e unidades federativas. IBGE.

A taxa bruta de mortalidade indica o número total de óbitos na população residente por mil habitantes. O IBGE aponta que a referida taxa mantém certa correlação com baixas condições socioeconômicas e que também ainda pode refletir uma proporção elevada de idosos em relação à população total. O Gráfico 7 indica que a taxa

bruta de mortalidade se mantém ligeiramente estável nos estados em análise, embora seja possível perceber um recuo mais acentuado na média brasileira. No Rio de Janeiro em particular, nota-se um crescimento sutil: em 2010 a taxa era de 6,36, depois avança para 6,39 em 2015 e atinge 6,61 em 2021 – o maior patamar da série histórica.

Gráfico 8. Taxa de mortalidade infantil. Rio de Janeiro. 2010 - 2021

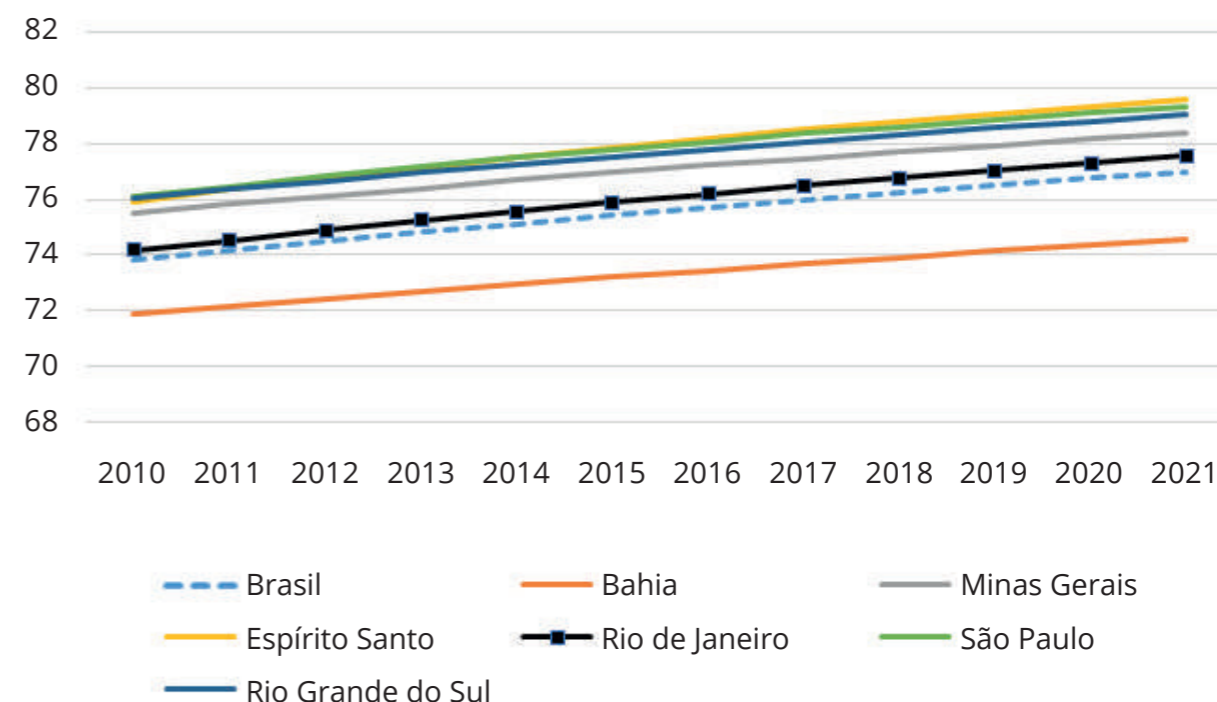


Fonte: Projeção da população do Brasil e unidades federativas. IBGE.

A taxa de mortalidade infantil diz respeito ao número de óbitos de menores de um ano de idade para cada mil nascidos vivos. Ela compreende a soma dos óbitos ocorridos nos períodos neonatal precoce (entre 0 e 6 dias de vida), neonatal tardio (dos 7 aos 27 dias de vida) e pós-neonatal (28 dias ou mais de vida). Segundo o IBGE, patamares elevados da taxa de mortalidade infantil podem sugerir baixos níveis de saúde, de desenvolvimento socioeco-

nômico e de condições de vida. Essa consideração é particularmente importante tendo em vista que no Brasil e em todos os estados em análise é possível verificar uma evidente e sustentada tendência de queda da taxa de mortalidade infantil. Em 2010, o estado do Rio de Janeiro possuía um total de 14,6 óbitos para cada mil nascidos vivos. Em 2021, mais de uma década depois, esse número decresce para cerca de 9,78.

Gráfico 9. Esperança de vida ao nascer. Rio de Janeiro. 2010 - 2021

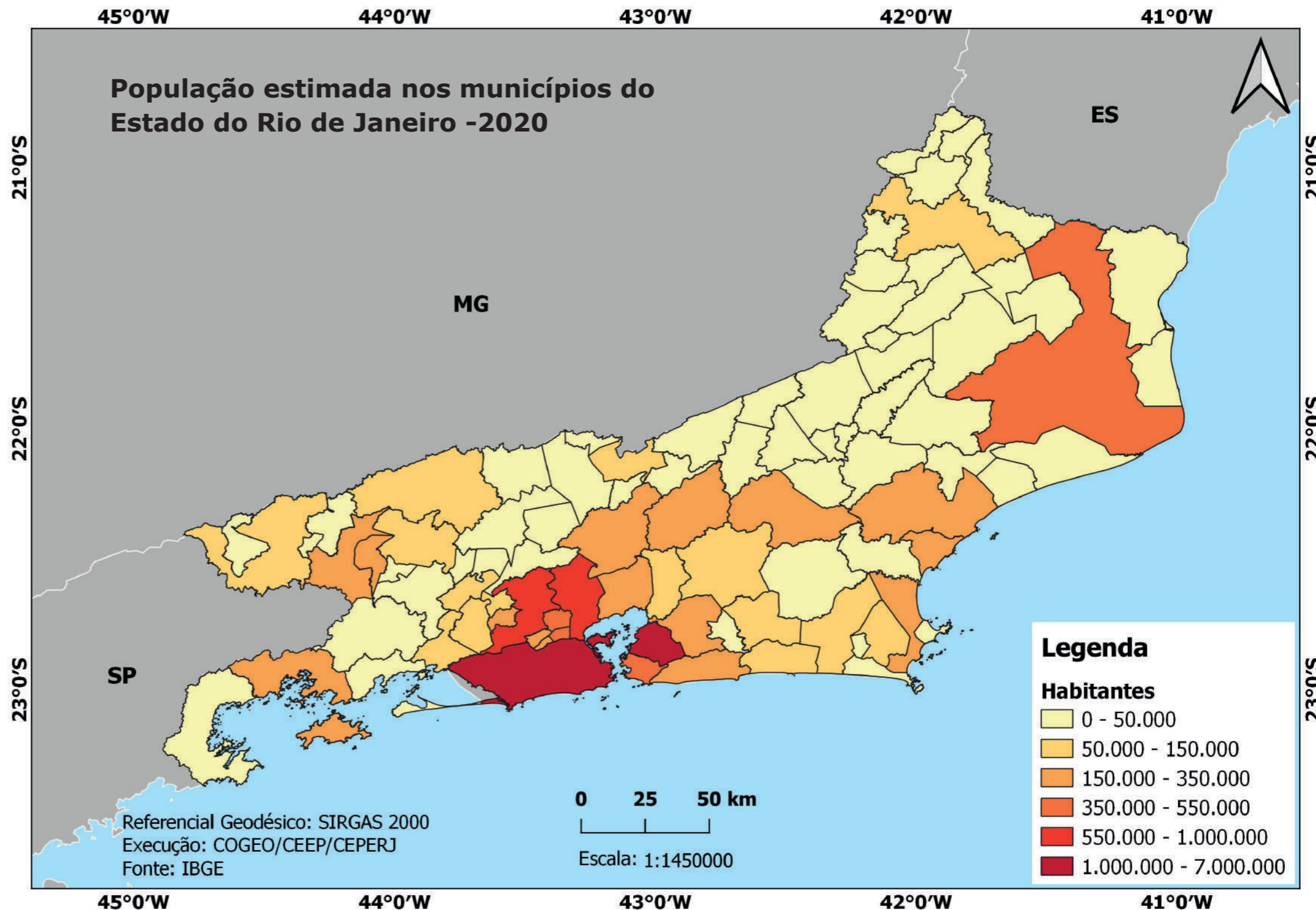


Fonte: Projeção da população do Brasil e unidades federativas. IBGE.

Segundo o IBGE, a esperança de vida ao nascer estima o número médio de anos de vida que são esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente. Ela expressa a longevidade de uma determinada população e cujo aumento reflete, em boa medida, em melhorias nas condições de vida e saúde em determinado espaço geográfico. No

Gráfico 9 podemos observar uma tendência sustentada de aumento da esperança de vida ao nascer no Brasil e em todos os estados em análise. No Rio de Janeiro, em 2010, observou-se uma expectativa média de vida até os 74,2 anos. Em 2021, essa expectativa atingiu o ápice da série histórica, com cerca 77,5 anos – um crescimento de 4,3%.

Mapa 1.
Estimativas da população residente nos municípios do estado do Rio de Janeiro. 2020



Fonte: Estimativas da população do Brasil e Unidades da Federação. IBGE.

Tabela 2. População residente estimada e participação percentual da população no estado, por regiões de governo. Estado do Rio de Janeiro - 2020

Regiões de Governo	População estimada	Participação
Total	17366189	100,00%
Região Metropolitana	13146205	75,70%
Região Noroeste Fluminense	329958	1,90%
Região Norte Fluminense	972507	5,60%
Região Serrana	555718	3,20%
Região das Baixadas Litorâneas	868309	5,00%
Região do Médio Paraíba	920408	5,30%
Região Centro-Sul Fluminense	295225	1,70%
Região da Costa Verde	295225	1,70%

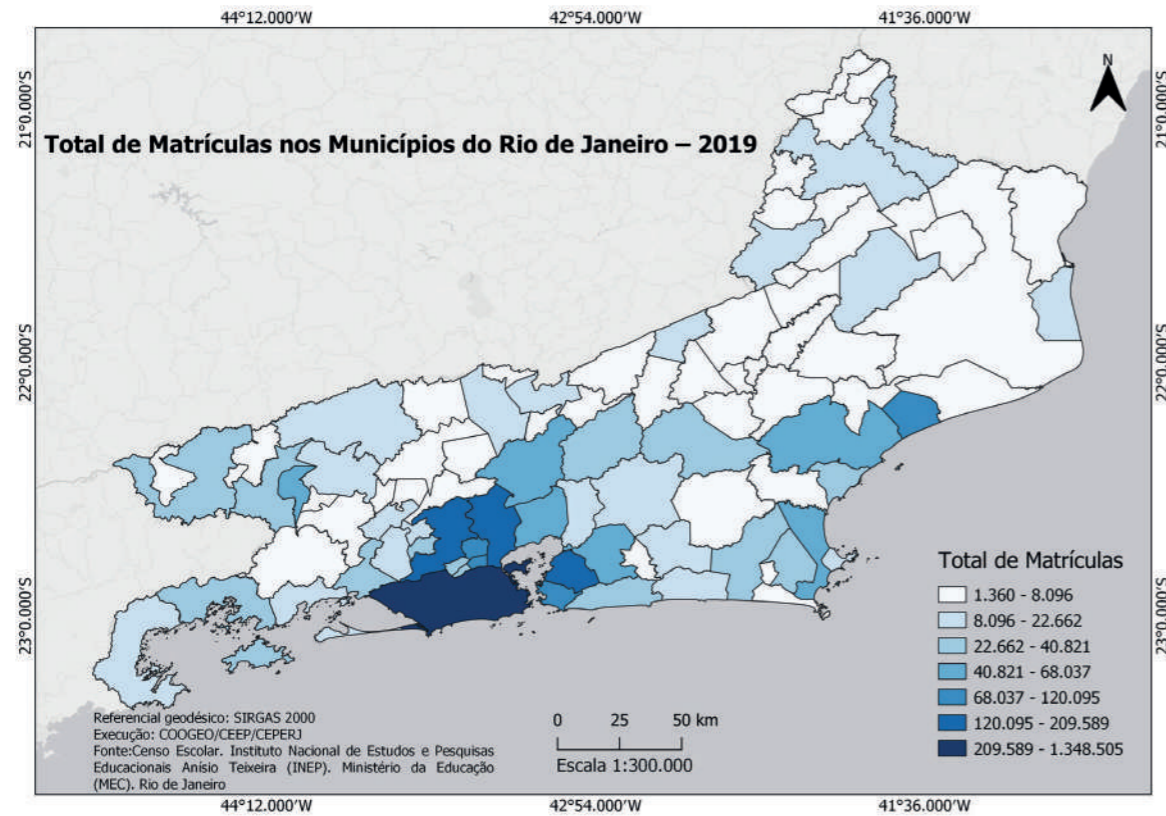
Fonte: Estimativas da população do Brasil e unidades federativas. IBGE.

Em 2020, no tocante à distribuição da população estimada nos municípios do estado do Rio de Janeiro, destaca-se a capital, cuja população aproximada é a maior, com cerca de 6,7 milhões de pessoas (38,9% da população do estado). Em seguida temos São Gon-

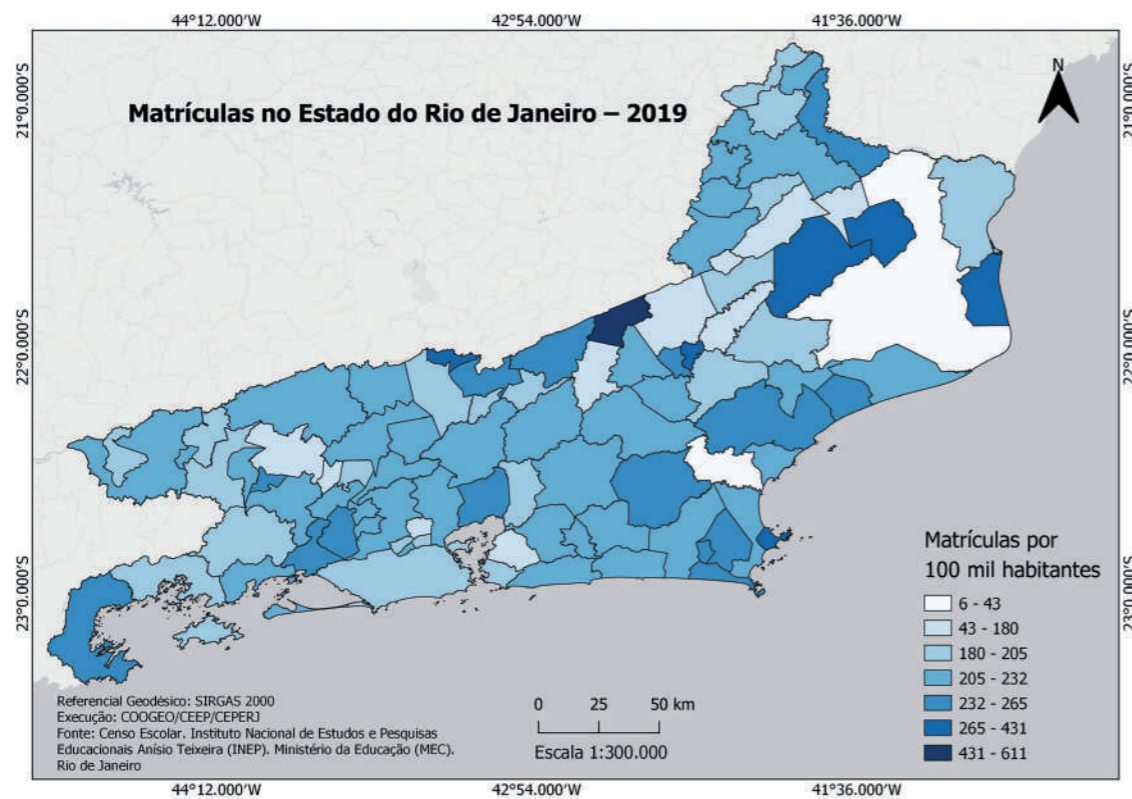
çalo com 1,09 milhões de habitantes (6,3%) e, em terceiro lugar, Duque de Caxias, com 924 mil pessoas (5,3%). Os três maiores municípios pertencem à Região Metropolitana, que sozinha representa aproximadamente 76% de todo o estado.

Educação

Mapa 1. Total de matrículas nos municípios do Rio de Janeiro – 2019



Mapa 2. Matrículas por 100 mil habitantes. Rio de Janeiro – 2019

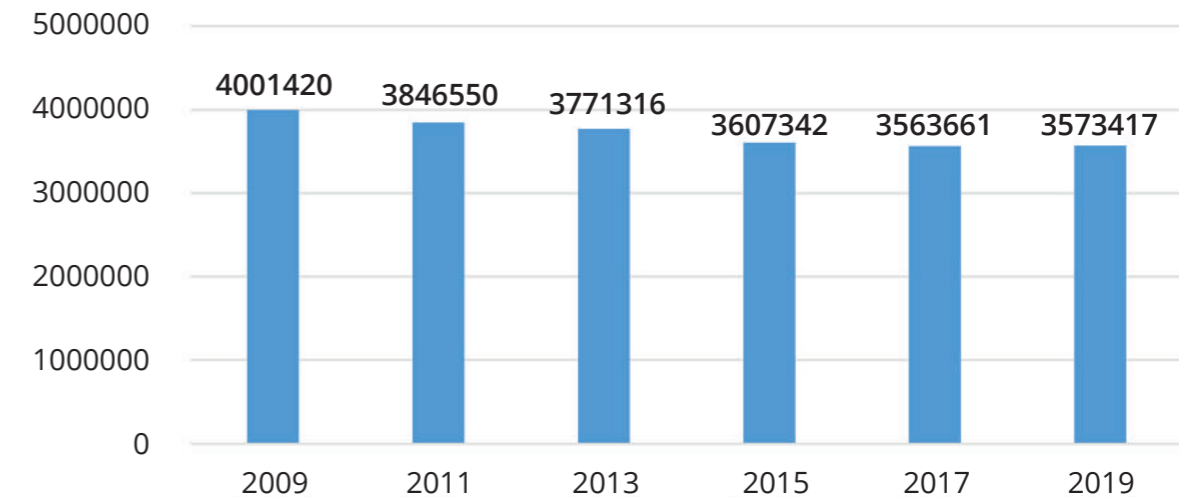


O Mapa 1 ilustra o total de matrículas na educação básica do estado em 2019. As cidades com maior número total de matrículas são Rio de Janeiro (1,3 milhões), seguida por Duque de Caxias (209 mil), Nova Iguaçu (183 mil) e São Gonçalo (160 mil), respectivamente. O mapa também nos permite ver como, em larga medida, o número total de matrículas está fortemente correlacionado com o tamanho populacional das cidades. Não à toa, São José de Ubá (1,3 mil), São Sebastião do Alto (1,5 mil) e Laje do Muriaé (1,6 mil) são as cidades com o menor número de matrículas.

Por outro lado, o Mapa 2 revela o total de matrículas na educação básica do Rio de Janeiro

em 2019, em proporção à população de cada município do estado. Com ele podemos ilustrar o número de matrículas nos municípios a cada 100 mil habitantes – o que nos permite verificar e comparar, com pouca distorção, a proporção de matrículas tanto nas cidades mais populosas quanto nas menores. Nesse sentido, Casimiro de Abreu (611), Cantagalo (431) e Macuco (346), são as cidades com a maior proporção de matrículas por 100 mil habitantes; e Carapebus (6,1), Comendador Levy Gasparian (43) e São Gonçalo (147) são as cidades com menor proporção de matrículas. A cidade do Rio de Janeiro ocupa a 65ª posição, com aproximadamente 199 matrículas por 100 mil habitantes.

Gráfico 1. Total de matrículas da educação básica – 2019. Estado do Rio de Janeiro



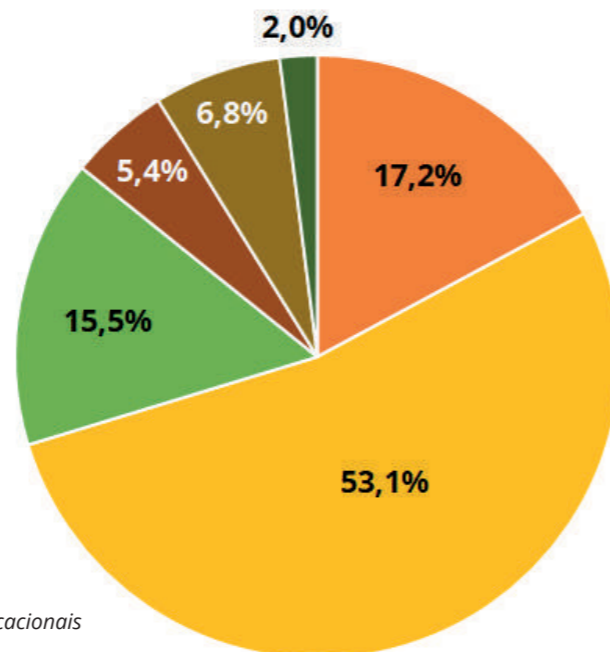
Fonte: Censo Escolar, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Ministério da Educação (MEC), Rio de Janeiro.

Observa-se que, desde 2019, o total de matrículas na educação básica apresenta uma lenta – porém consistente – tendência de queda. Comparando a década (2009-2019), há um recuo total de 11%, o que representa um saldo negati-

vo de aproximadamente 428 mil matrículas. Entretanto, comparando o ano de 2019 com 2017, verifica-se um crescimento sutil de 0,3% no número de matrículas, ou um saldo de quase 10 mil novas vagas em relação ao ano anterior da série.

Gráfico 2. Total de matrículas da educação básica, por modalidade de ensino – 2019. Estado do Rio de Janeiro

- Educação Infantil
- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Educação Profissional
- Educação de Jovens e Adultos (EJA)
- Educação Especial

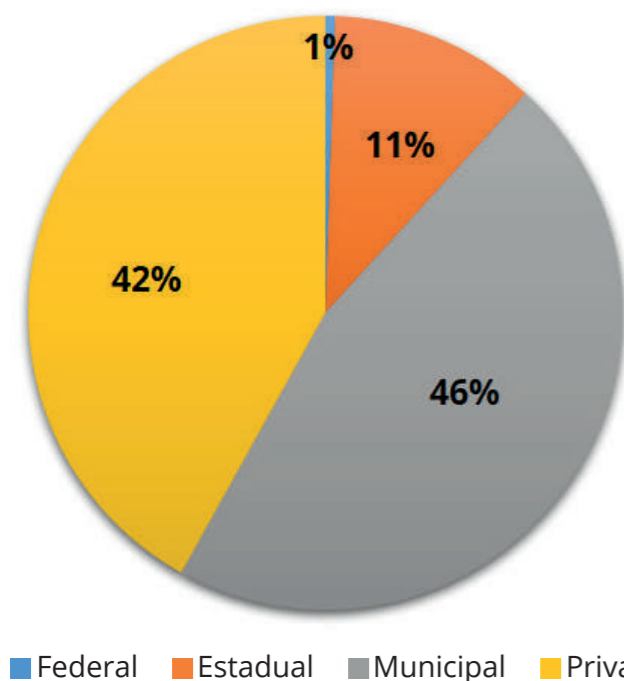


Fonte: Censo Escolar. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ministério da Educação (MEC). Rio de Janeiro.

Em 2019, o ensino fundamental teve o maior número de matrículas (aproximadamente 1,9 milhões) representando 53,1% do total, seguido pela educação infantil (637 mil) com 17,2% e o ensino

médio (575 mil) com 15,5%. As matrículas na educação profissional (200 mil) representam 5,4% do total de matrículas no Rio de Janeiro (um aumento em relação à 2017¹, quando a proporção era de 3,1%).

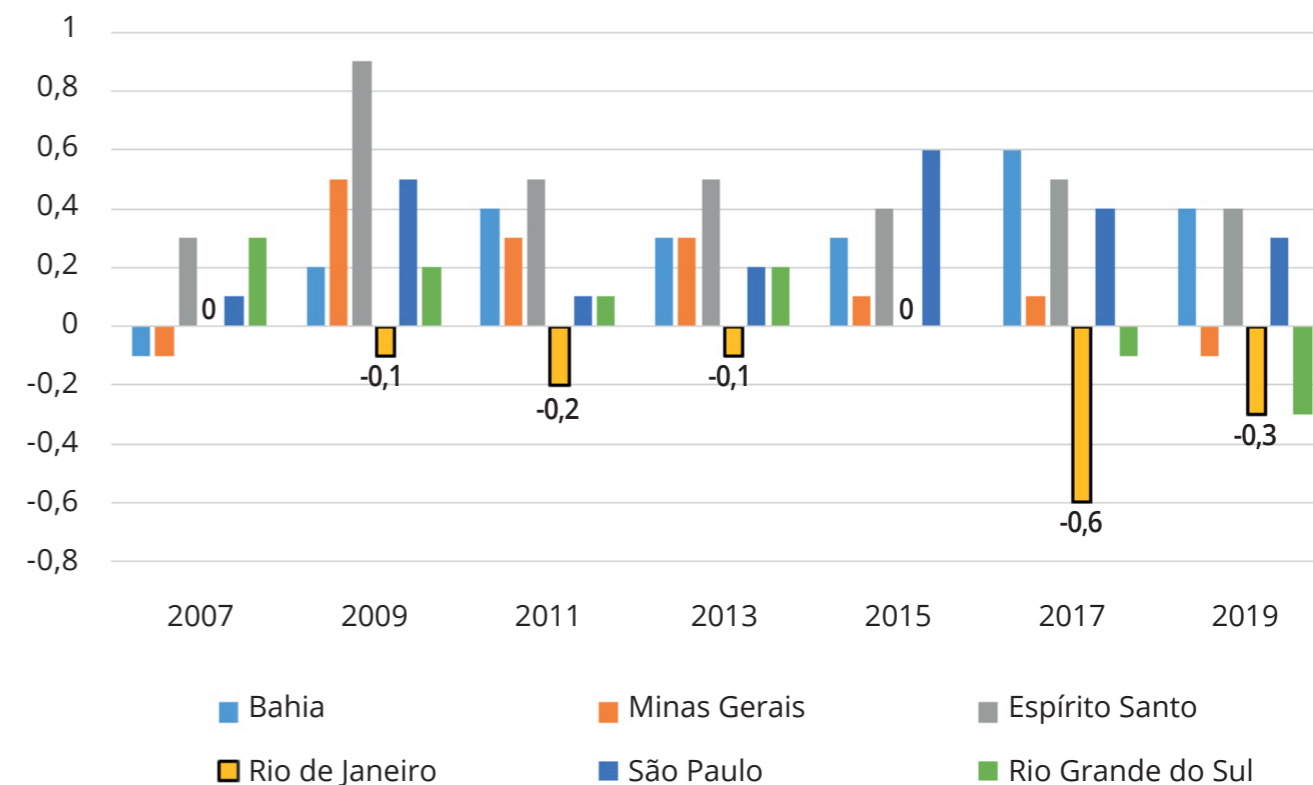
Gráfico 3. Estabelecimento de ensino por dependência administrativa – 2019. Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Censo Escolar. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ministério da Educação (MEC). Rio de Janeiro.

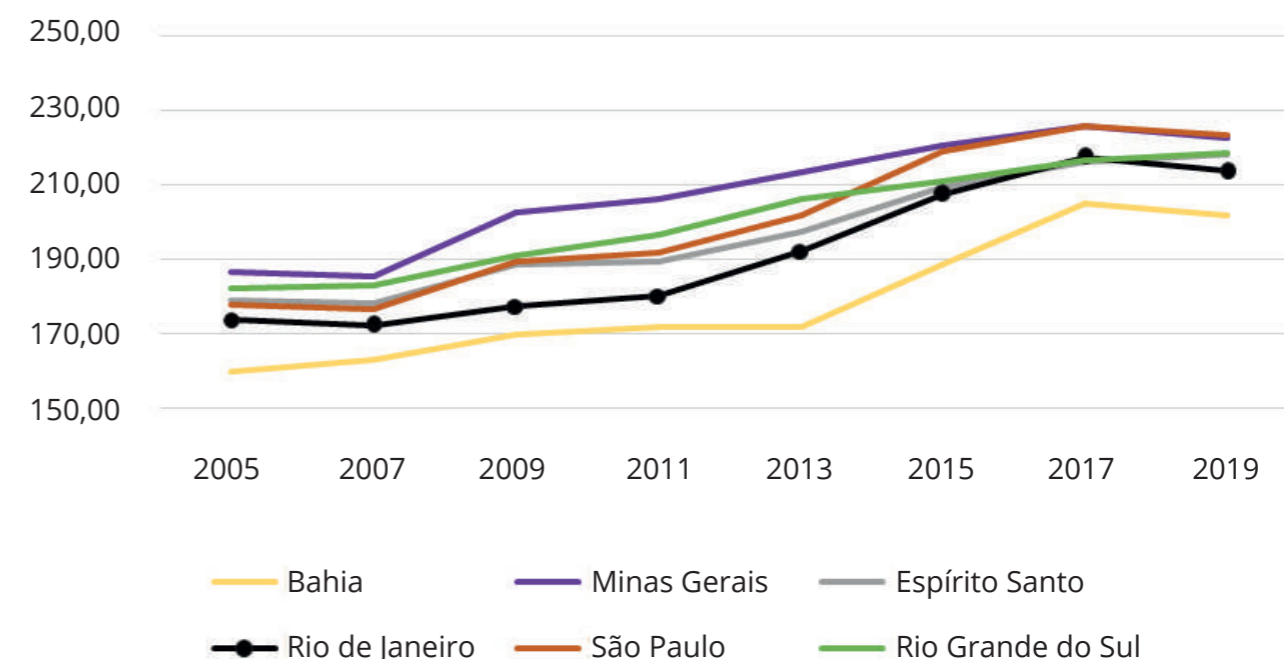
¹ Nota técnica. Para saber mais, consulte o 'Olhar Comparativo 2019' produzido pela Fundação Ceperj.

Gráfico 4. Relação entre o Ideb e a meta projetada*



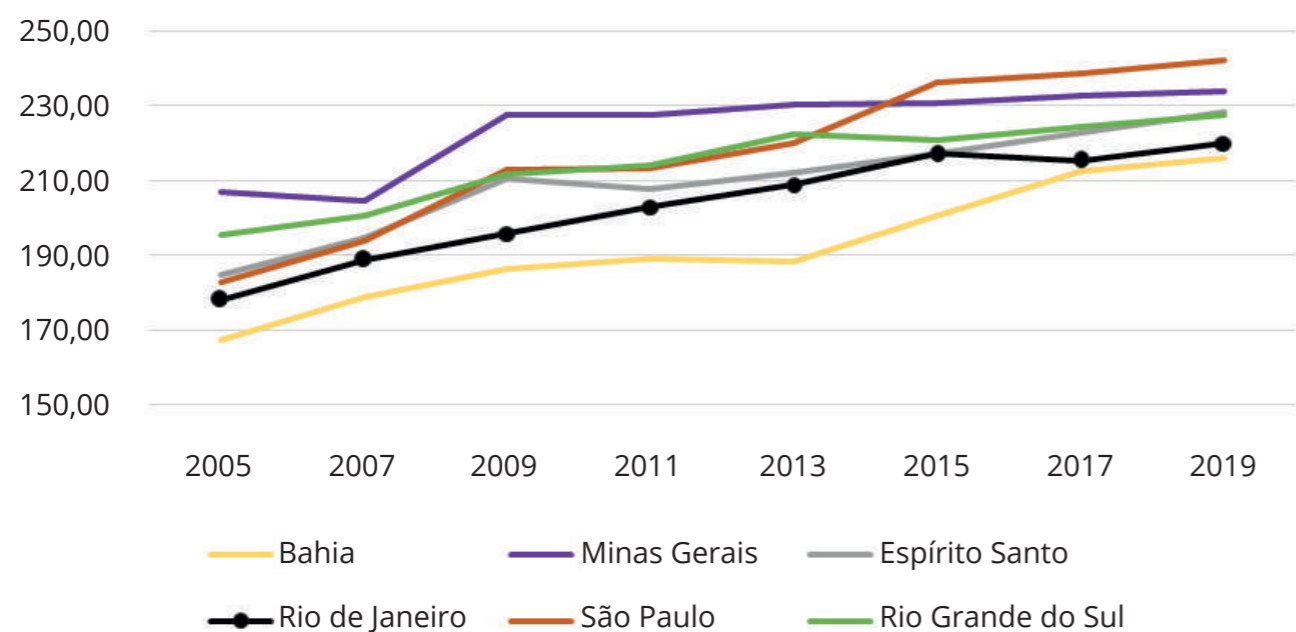
Fonte: Censo Escolar. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ministério da Educação (MEC). Rio de Janeiro.* O valor zero representa que, embora não ultrapassada, a meta foi devidamente alcançada.

Gráfico 4.1. Prova Brasil Língua Portuguesa. Ensino fundamental - Anos iniciais



Fonte: Censo Escolar. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ministério da Educação (MEC). Rio de Janeiro.

Gráfico 4.2. Prova Brasil Matemática. Ensino fundamental - Anos iniciais



Fonte: Censo Escolar. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ministério da Educação (MEC). Rio de Janeiro.

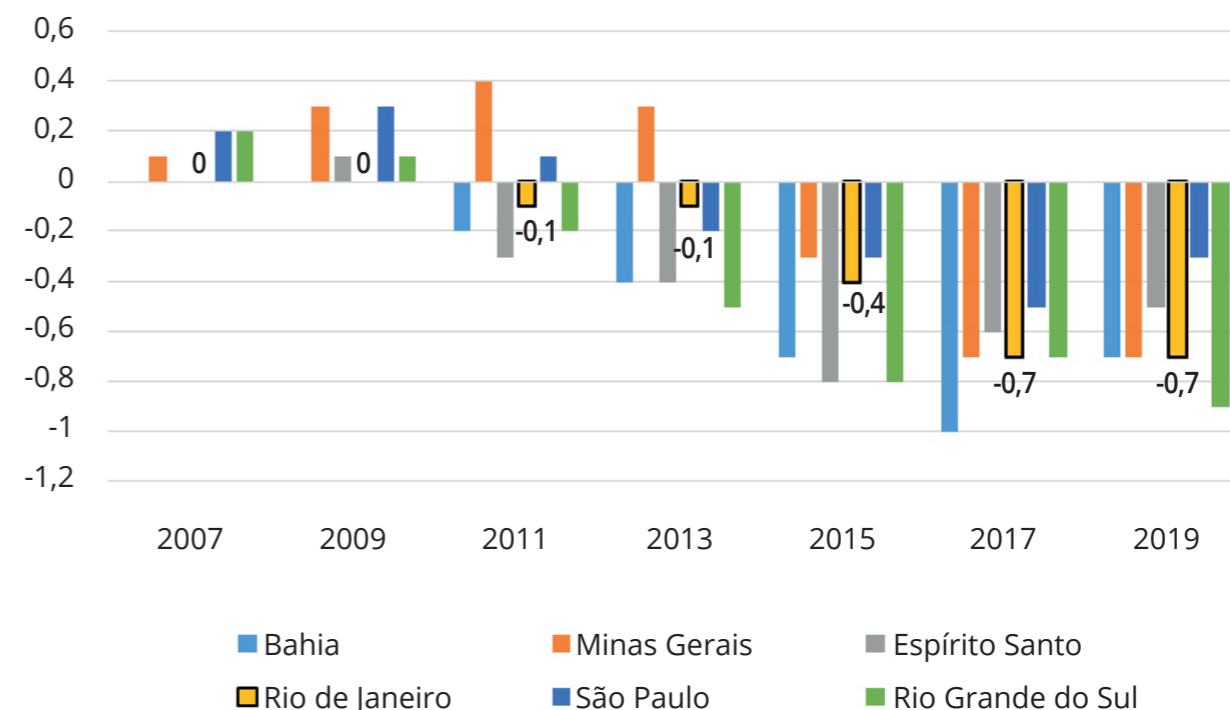
O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) como um indicador para mensurar o desempenho² do sistema educacional brasileiro. Os gráficos 4, 5 e 6 ilustram a diferença entre os resultados do Ideb e a meta projetada. Os estados que possuem resultado maior ou igual a zero indicam que as metas foram obtidas. Por outro lado, as unidades federativas que possuem resultado menor que zero indicam que a meta não foi alcançada.

Em 2005, os resultados do Ideb nos estados para o Ensino Fundamental - Anos Iniciais apresentam elevação do indicador em todas

as unidades federativas em análise, com exceção da Bahia e de Minas Gerais. Uma década depois, em 2015, todos os estados alcançaram ou ultrapassaram a meta estabelecida. Em 2017, entretanto, o Rio de Janeiro obteve o seu pior desempenho de toda a série histórica. No biênio posterior, em 2019, o Rio de Janeiro apresenta relativa recuperação, porém, assim como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, não alcança a meta estipulada. No saldo geral, os resultados dos exames de Língua Portuguesa (Gráfico 4.1) e Matemática (Gráfico 4.2) para o Ensino Fundamental - Anos Iniciais apresentam positivo e consistente crescimento entre 2005 e 2019.

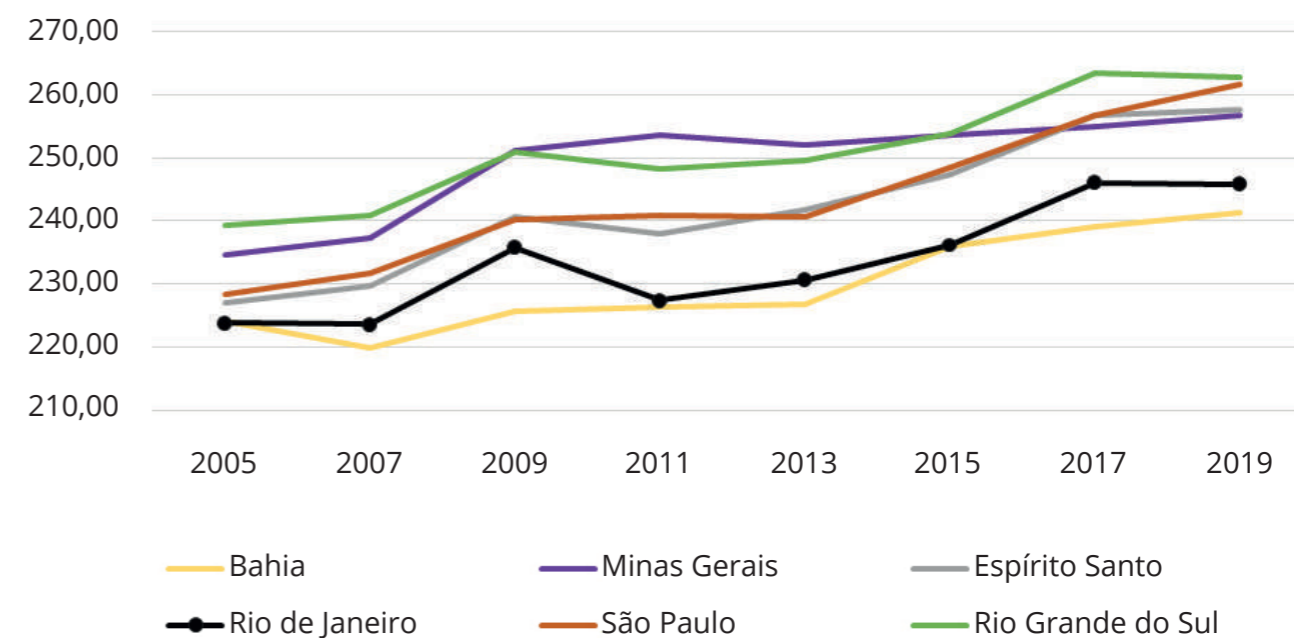
² Nota técnica. Metodologicamente, o Ideb combina: 1) os resultados de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática obtida pelos estudantes (Provas Brasil ou Sistema de Avaliação da Educação Básica, o Saeb); e 2) o rendimento escolar a partir da taxa de aprovação. Nesse sentido, o indicador reflete os aspectos estruturais da educação básica, revelando os seus limites e possibilidades de aprimoramento dos estabelecimentos de ensino. Importante mencionar que os exames aplicados aos estudantes são padronizados para todo o território nacional, o que permite, portanto, comparações entre municípios, estados e regiões do Brasil.

Gráfico 5. Relação entre o Ideb e a meta projetada - Anos finais*



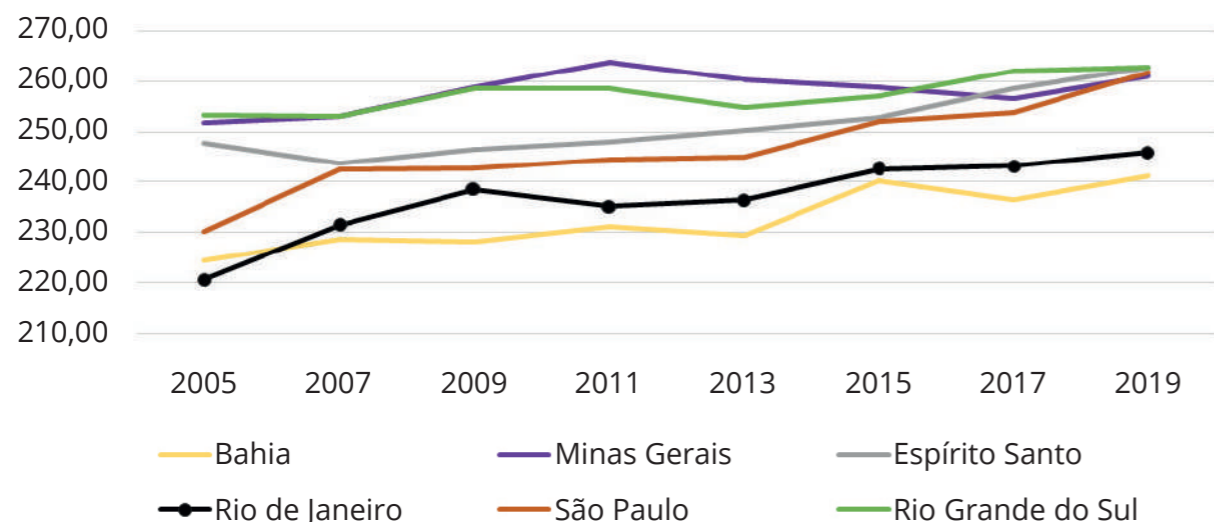
Fonte: Censo Escolar. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ministério da Educação (MEC). Rio de Janeiro. O valor zero representa que, embora não ultrapassada, a meta foi devidamente alcançada.

Gráfico 5.1. Prova Brasil Língua Portuguesa. Ensino fundamental - Anos finais



Fonte: Censo Escolar. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ministério da Educação (MEC). Rio de Janeiro.

Gráfico 5.2. Prova Brasil Matemática. Ensino fundamental - Anos finais



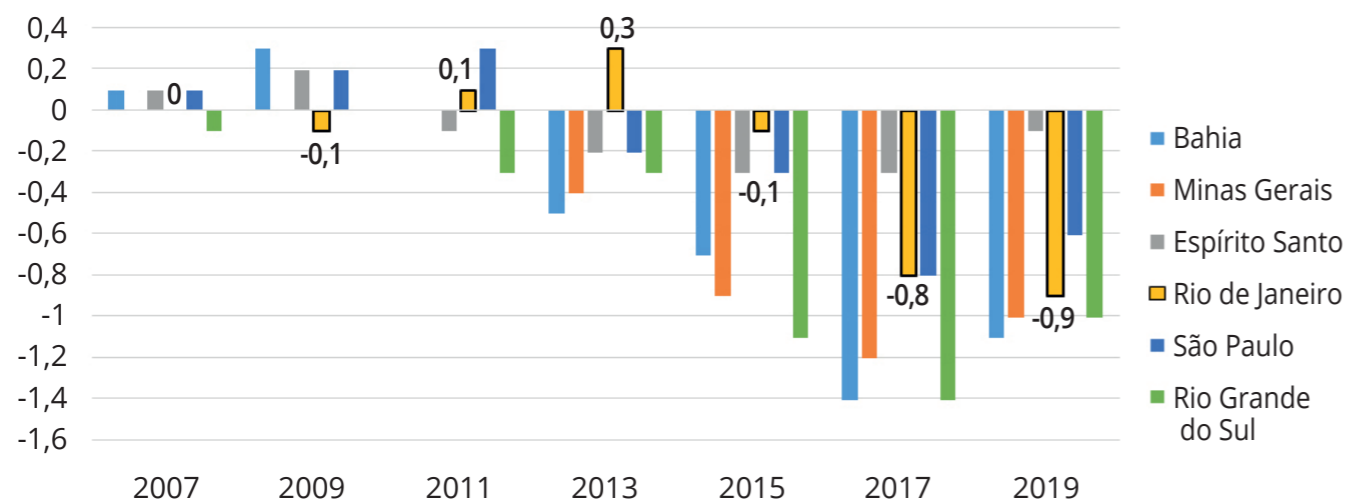
Fonte: Censo Escolar. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ministério da Educação (MEC). Rio de Janeiro.

Em 2005 e 2007, todas as unidades federativas em análise, positivamente, atingiram ou transpuseram a meta estipulada nos resultados do Ideb para o Ensino Fundamental - Anos Finais. Nos biênios 2011 e 2013, entretanto, observou-se uma inversão dessa tendência, com todos os estados analisados apresentando resultados aquém da meta, excetuando Minas Gerais. Por outro lado, entre 2015 e 2019, verifica-se que a tendência de queda se mantém persistente, com São Paulo apresentando o pior desempe-

nhos em 2017. No biênio seguinte (2019), Rio Grande do Sul assume a pior colocação no resultado do Ideb.

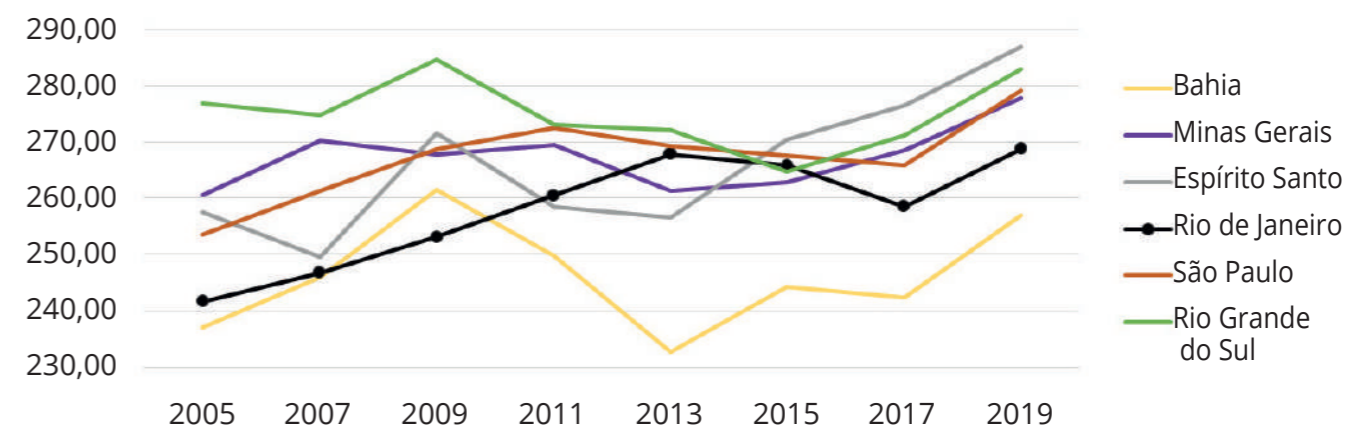
Em relação aos resultados da Prova Brasil Língua Portuguesa (gráfico 5.1) e Matemática (gráfico 5.2) para o Ensino Fundamental - Anos Finais observa-se evidente crescimento positivo do desempenho dos estudantes entre 2005 e 2019. Observando a série histórica, o resultado do exame de Língua Portuguesa no Rio de Janeiro progrediu 8,9% e 10,3% no exame de Matemática.

Gráfico 6. Relação entre o Ideb e a meta projetada - Ensino médio*



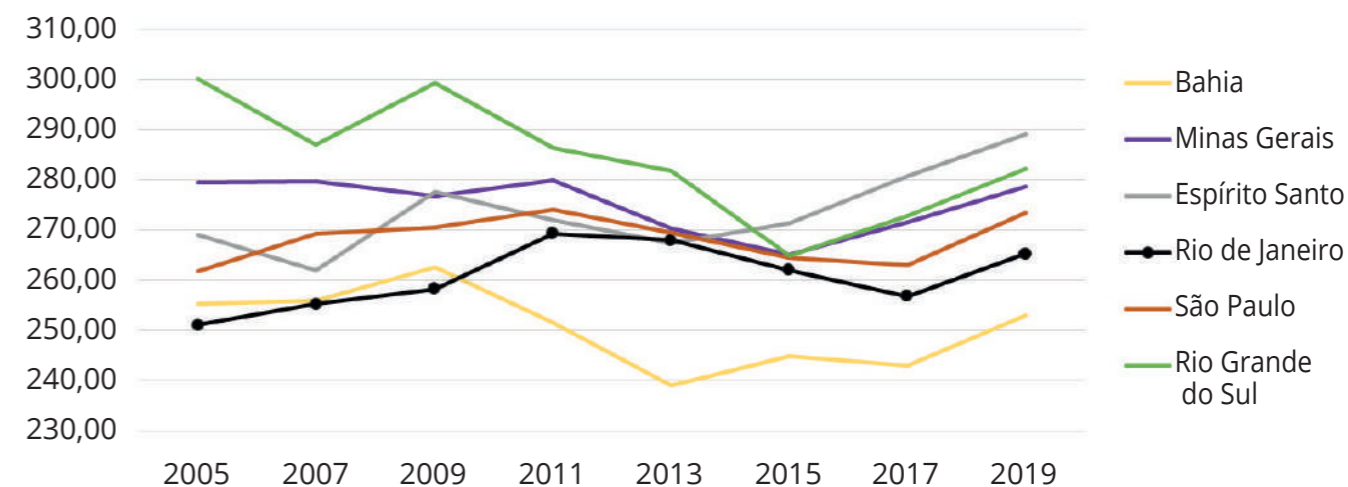
Fonte: Censo Escolar. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ministério da Educação (MEC). Rio de Janeiro. O valor zero representa que, embora não ultrapassada, a meta foi devidamente alcançada.

Gráfico 6.1. Prova Brasil Língua Portuguesa - Ensino médio



Fonte: Censo Escolar. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ministério da Educação (MEC). Rio de Janeiro.

Gráfico 6.2. Prova Brasil Matemática - Ensino médio



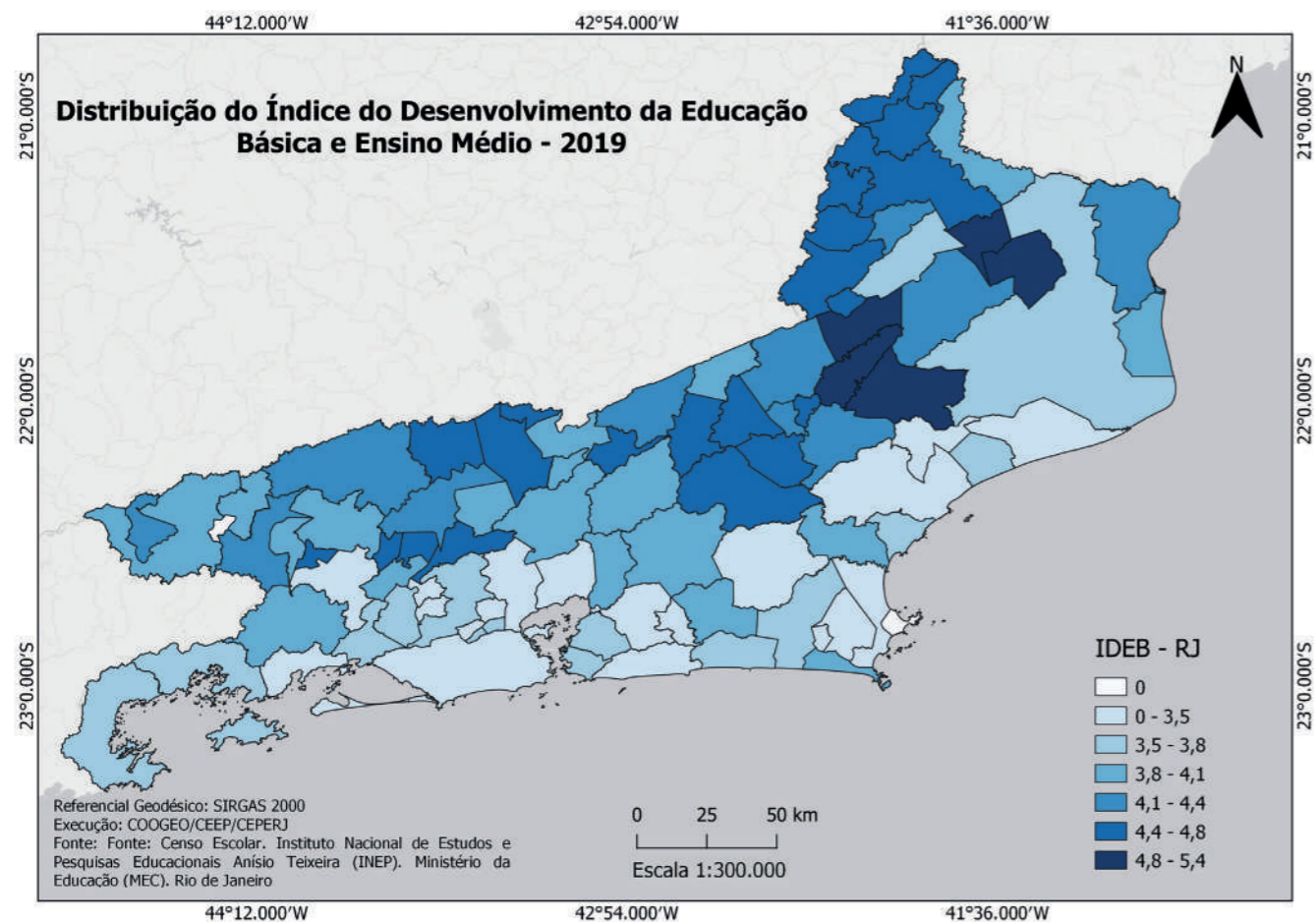
Fonte: Censo Escolar. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ministério da Educação (MEC). Rio de Janeiro.

Em relação aos resultados do Ideb para o Ensino Médio, em 2007, com exceção do Rio Grande do Sul, todas as unidades federativas em análise alcançaram ou ultrapassaram a meta estipulada. Por outro lado, em 2009 apenas o Rio de Janeiro não atingiu a meta, por margem apertada. Entretanto, em dois biênios seguidos, os resultados do Rio de Janeiro progrediram positivamente e, em 2013, o estado torna-se a única unidade federativa analisada a atingir e ultrapassar com folga a meta estipulada. No biênio seguinte (2015), nenhum estado alcança a meta, embora o Rio de Janeiro apresente a menor dis-

tância. Em 2017 e 2019, nenhum estado analisado atinge a meta projetada do Ideb e Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul apresentam os piores resultados de toda a série histórica e em todas as modalidades de ensino.

Em se tratando dos resultados da Prova Brasil Língua Portuguesa (Gráfico 6.1) e Matemática (Gráfico 6.2) para o Ensino Médio, observa-se crescimento positivo do desempenho dos estudantes entre 2007 e 2019. Observando a série histórica, o resultado do exame de Língua Portuguesa no Rio de Janeiro progrediu 5,3% e 10,1% no exame de matemática.

Mapa 3. Distribuição do Índice do desenvolvimento da educação básica. Ensino médio. 2019



Fonte: Censo Escolar. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ministério da Educação (MEC). Rio de Janeiro.

O Mapa 3 representa a disposição cartográfica dos resultados do Ideb (rede de ensino estadual) para cada município do estado do Rio de Janeiro. Importante mencionar que nem todas as cidades possuem resultados para o Ideb.

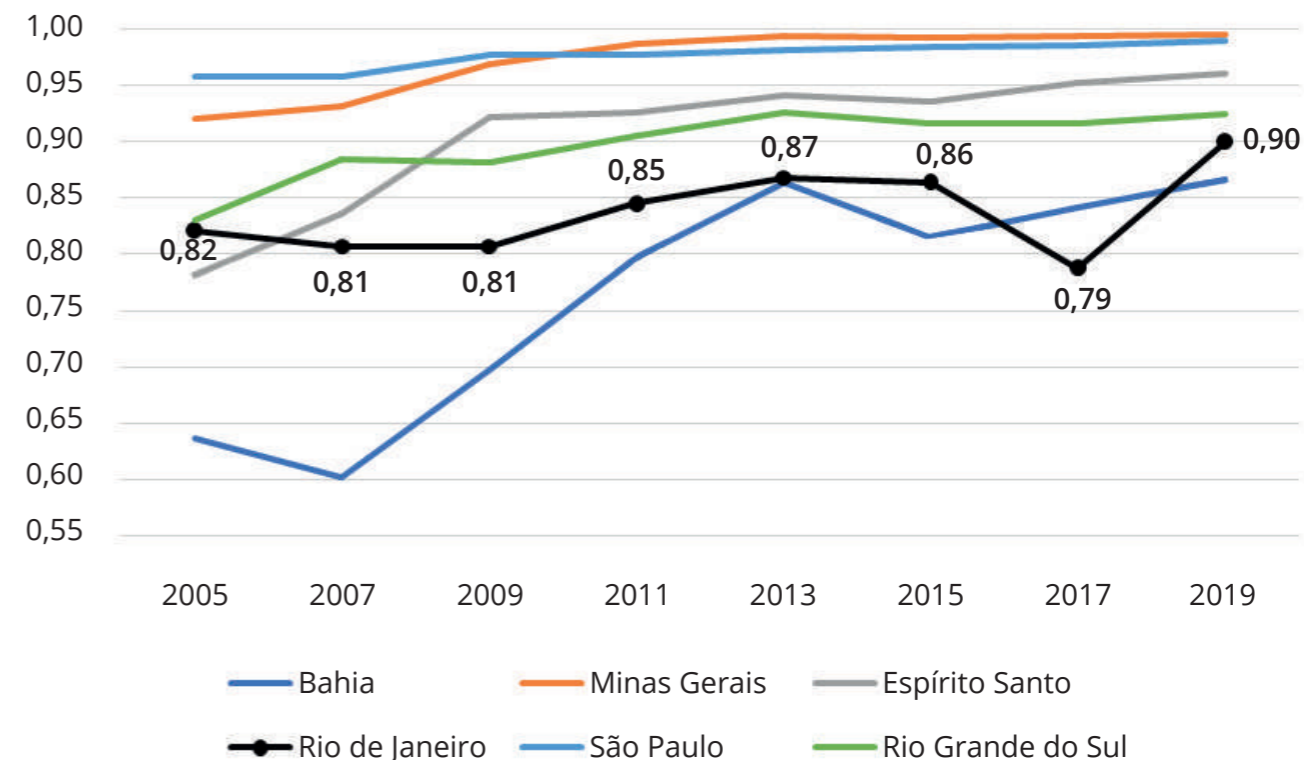
Em 2019, 54 cidades obtiveram resultado maior ou igual a 4.0 no Ideb Ensino Médio. Esse resultado é, aproximadamente, 48% superior ao observado em 2017 quando apenas 28 cidades conquistaram tal feito. Atualmente, Santa Maria Madalena, Italva e São Sebastião do Alto são as cidades mais bem ranqueadas e as únicas que possuem resultado acima ou igual a cinco pontos. No ano de 2017, apenas

Italva obtivera tal pontuação. Observando o outro lado da evidente melhoria na qualidade do ensino da rede estadual do Rio de Janeiro, em 2017, cerca de 27 cidades obtiveram resultado igual ou inferior a 3.5 no Ideb. Em 2019 foram apenas 19 cidades. Uma diminuição de 29,6% nas cidades com posições mais baixas no ranqueamento.

Em 2019, as cidades do Rio de Janeiro, São Gonçalo e Duque de Caxias têm resultado no Ideb de, respectivamente, 3.2, 3.6 e 3.3. Embora o resultado seja relativamente baixo, as três cidades mais populosas do estado melhoraram os seus resultados de 2017³, quando obtiveram 3.1, 3.3 e 3.0 pontos respectivamente.

³ Nota técnica. Para saber mais consulte o "Olhar Comparativo 2019" produzido pela Fundação Ceperj.

Gráfico 7. Índice de rendimento (Ideb)



Fonte: Censo Escolar. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ministério da Educação (MEC). Rio de Janeiro.

O indicador de rendimento escolar é produto da relação entre os dados de alunos reprovados, aprovados e os que abandonaram a escola ao final de determinado ano letivo. Comparativamente, embora o resultado do Rio de Janeiro seja inferior aos demais estados em análise

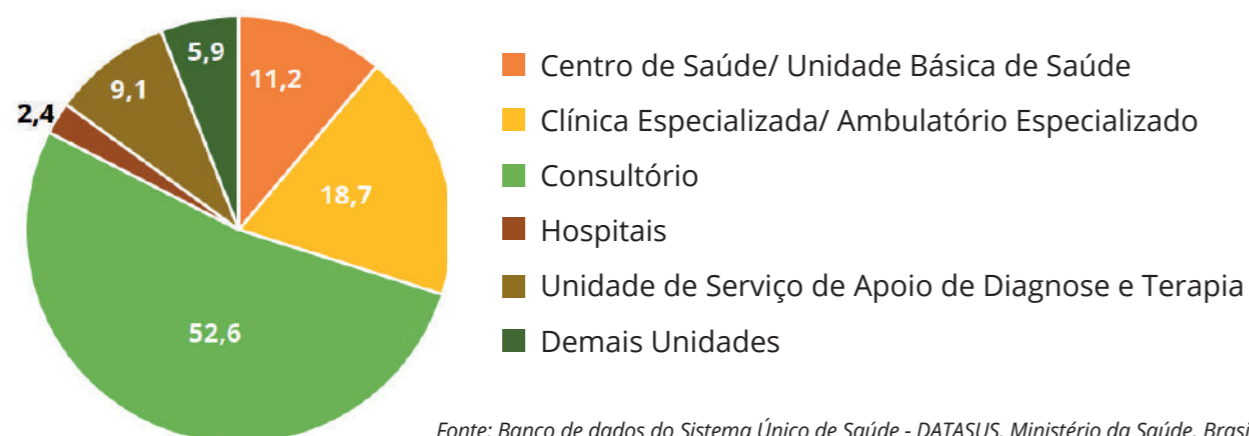
(com exceção da Bahia), em 2019, o estado obteve o melhor resultado de toda a sua série histórica (0,90) – após gradual crescimento entre 2009-2015 e forte queda em 2017. Isso reflete, em larga medida, os resultados positivos verificados no Mapa 2.

Saúde

O Sars-CoV-2, também reconhecido como o novo coronavírus, aterrissou no Rio de Janeiro em meados de fevereiro/março de 2020, afetando negativamente a qualidade de vida dos cidadãos – não apenas no Rio de Janeiro, mas também mundo afora. Como veremos adiante, a transmissão comunitária do vírus impactou profundamente todos

os estados brasileiros e, conseqüentemente, seus respectivos sistemas de saúde. Desse modo, é inevitável que os dados sobre saúde ofertados pelo Banco de dados do Sistema Único de Saúde (DATASUS) relativos ao ano de 2020 reflitam, em larga medida, as agruras de uma pandemia e os esforços institucionais dos governos para a superar.

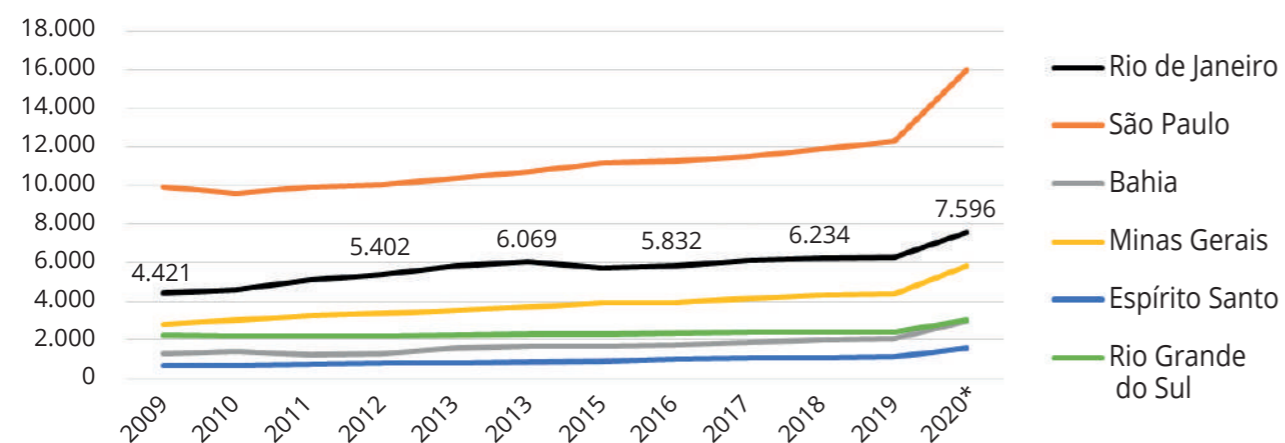
Gráfico 1. Distribuição percentual de estabelecimentos por tipo. Estado do Rio de Janeiro. 2020



A distribuição percentual dos tipos de estabelecimento no Rio de Janeiro é composta, majoritariamente, por consultórios médicos privados (52,6%), os quais totalizam 10.544 unidades. Por outro lado, os centros e unidades básicas de saúde

pública (11,2%) somam apenas 2,2 mil instalações. Embora a distribuição seja nitidamente desigual, importa mencionar o crescimento proporcional de estabelecimentos públicos em relação à 2018, cujo percentual era de aproximadamente 9%.

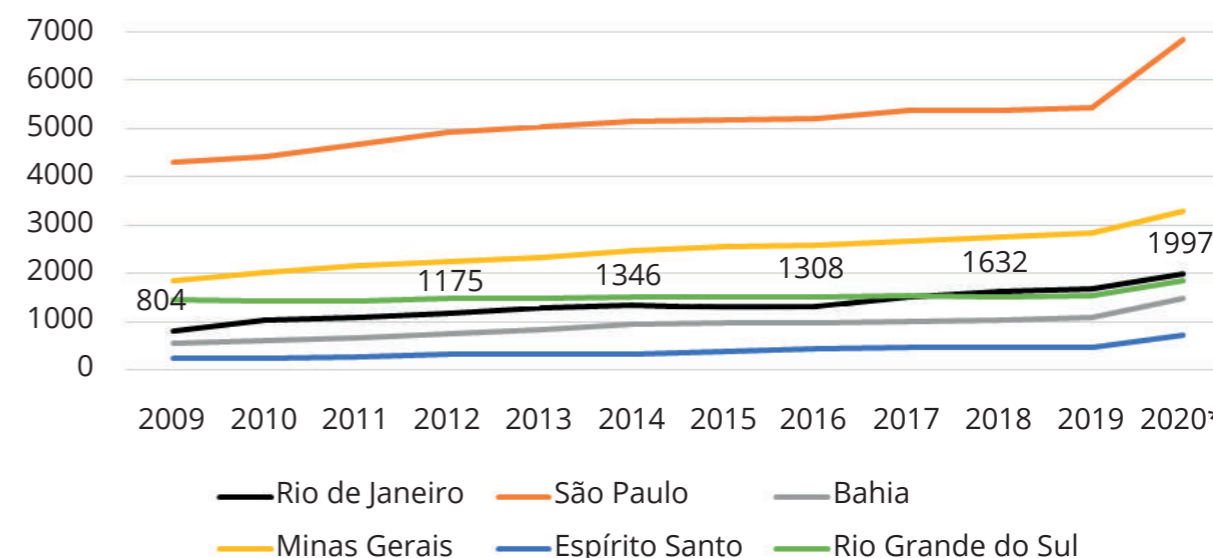
Gráfico 2. Quantidade média mensal de leitos de UTI



Observando a série histórica (2009-2020) é possível notarmos um crescimento sustentado na quantidade média mensal de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) em todos os estados analisados. Para efeitos de comparação, em uma década

(2009-2019) o número médio de UTIs cresceu 25,5%. Entretanto, 2020 evidencia um salto positivo no número de leitos de UTI, com um crescimento de aproximadamente 22,8% em relação à 2019 (que já era o ápice da série histórica).

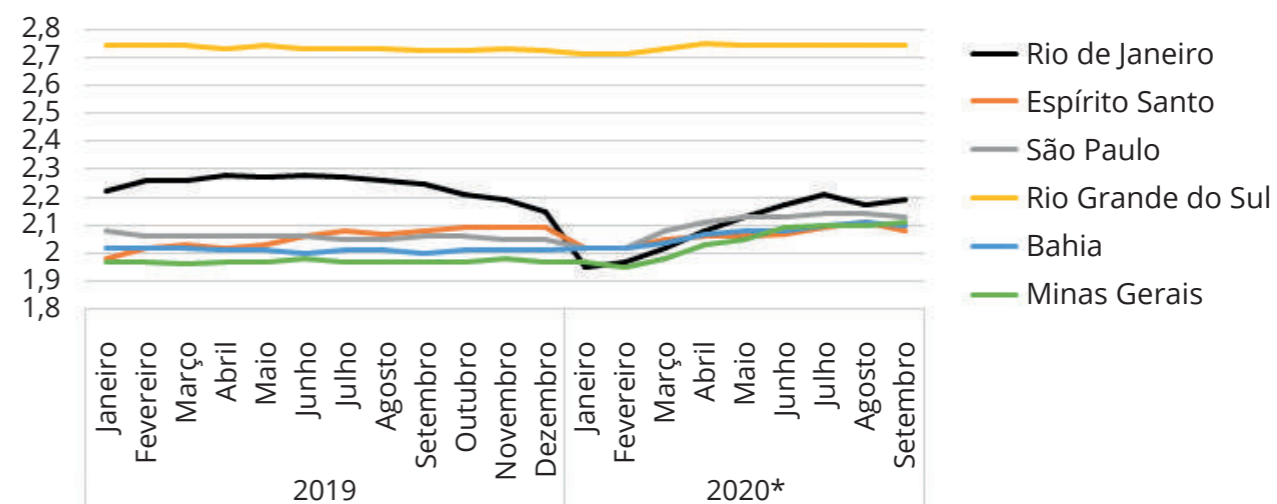
Gráfico 3. Quantidade média mensal de leitos de UTI no SUS



No tocante à quantidade média mensal de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) pertencente apenas ao SUS também podemos observar um crescimento positivo e sustentável. Entretanto, 2020 demonstra novamente um salto posi-

vo no número de leitos de UTI. Esse crescimento muito acima da média histórica necessariamente reflete os esforços dos estados brasileiros em prover novas unidades de terapia para remediar os efeitos da pandemia em seus cidadãos.

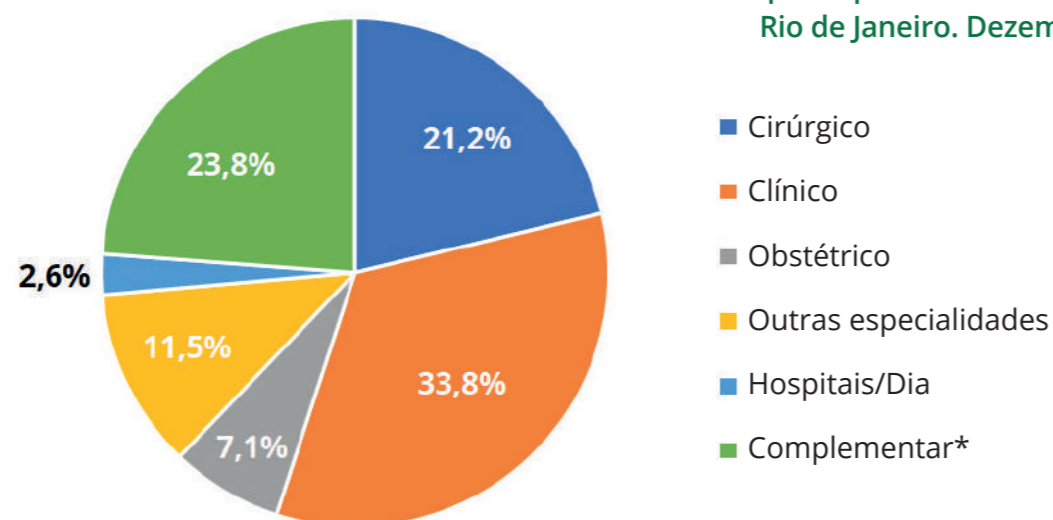
Gráfico 4. Proporção de leitos de UTI para cada 100 mil habitantes. 2020



O Gráfico 4 apresenta a proporção de leitos de UTI para cada 100 mil habitantes. O estado com o maior número proporcional de leitos é – com ampla diferença – o Rio Grande do Sul, com aproximadamente 2,72 leitos por 100 mil habitantes. Embora tenha apresentando uma queda abrupta em dezembro de 2019 e janeiro de 2020, o estado do Rio de Janeiro efetuou uma ex-

celente corrida de recuperação e, em setembro de 2020, obteve novamente o segundo lugar no ranqueamento entre os estados analisados, com cerca de 2,19 leitos por 100 mil habitantes. Embora São Paulo tenha o maior número absoluto de leitos, tanto no SUS quanto no sistema privado (Gráficos 2 e 3), seu número proporcional de leitos é apenas de 2,13 por 100 mil habitantes.

Gráfico 5. Proporção da quantidade média de leitos por especialidade no estado do Rio de Janeiro. Dezembro - 2020



Fonte: Banco de dados do Sistema Único de Saúde - DATASUS. Ministério da Saúde. Brasil. Dezembro de 2020.

Observando somente a quantidade média de leitos existentes no estado do Rio de Janeiro, nota-se que ela é composta majoritariamente pela especialidade Clínica (33,8%) com 14.959 unidades e pela Cirúrgica (21,2%) com 9.407 unidades.

As Unidades Complementares (23,8%) refletem, sobretudo, aquelas dedicadas ao combate à síndrome respiratória aguda grave (SRAG) e à covid-19, englobando tanto as UTIs para adultos quanto as pediátricas.

Tabela 1. Painel Covid-19. Janeiro 2021

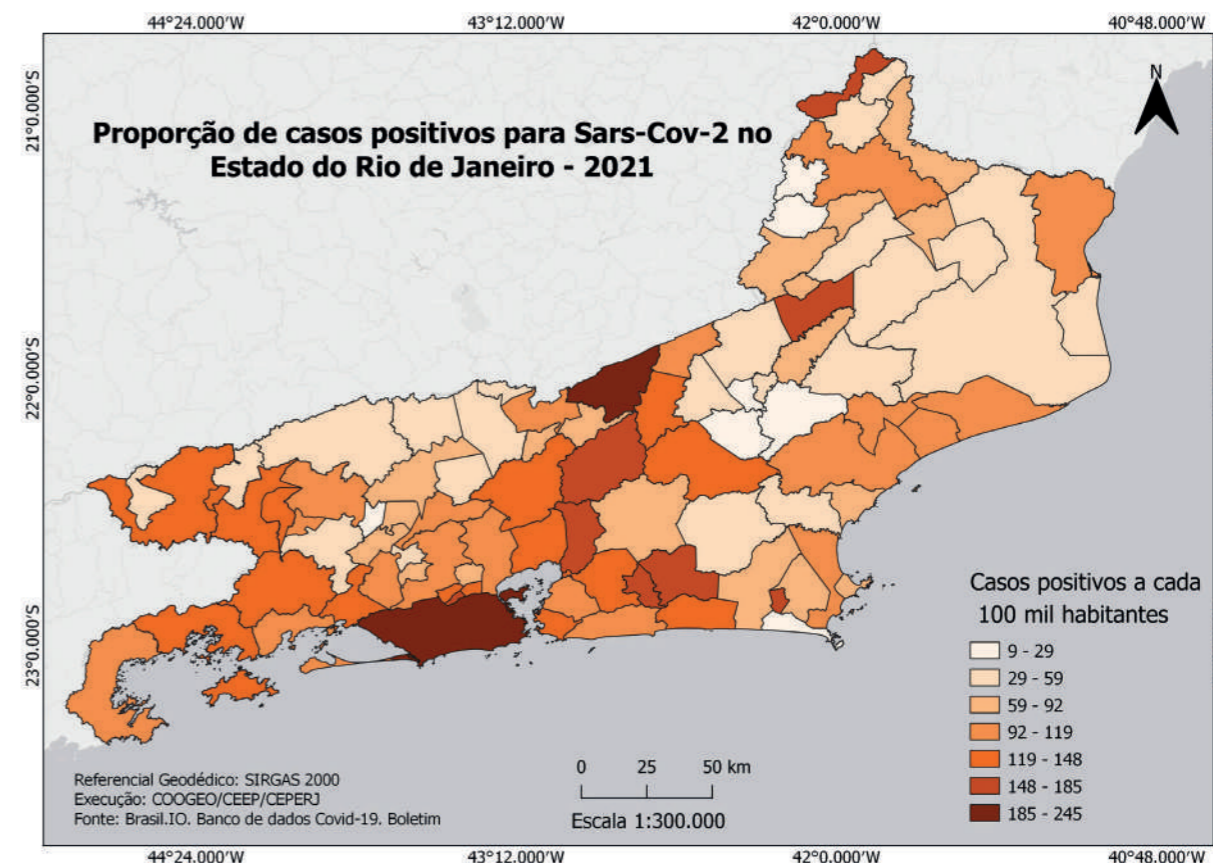
UF	Casos positivos	Óbitos	Casos positivos por 100 mil	Óbitos por 100 mil
RJ	50.1436	28.856	2887	166
SP	1.702.294	51.556	3677	111
BA	566.743	9.886	3796	66
ES	287.205	5.716	7067	141
RS	528.950	10.360	4630	91
MG	693.550	14.305	3257	67

Fonte: Brasil.IO. Banco de dados Covid-19. Boletim.

A Tabela 1 reúne os dados acumulados até janeiro de 2021 relativos aos a) casos com diagnóstico positivo para Sars-Cov-2; b) o número total (acumulado) de óbitos pela covid-19 nos estados; c) a proporção de casos positivos para cada 100 mil habitantes de determinado estado; e, por último, d) a proporção de óbitos para cada 100 mil habitantes em determinado estado. O estado de São Paulo possui o maior número de casos positivos e o maior número absoluto de óbitos. Entretanto, ma-

tizando esses dados pelo tamanho da população, podemos observar que o estado de Espírito Santo possui, com larga margem, a maior proporção casos positivos com aproximadamente 7 mil infectados a cada 100 mil habitantes. Em segundo lugar se encontra o estado do Rio grande do Sul com 4,6 mil. Por último, em se tratando do número proporcional de óbitos, o Rio de Janeiro ocupa o primeiro lugar registrando 166 óbitos a cada 100 mil habitantes, seguido por Espírito Santo e São Paulo.

Mapa 1. Proporção de casos positivos para Sars-Cov-2 a cada 100 mil habitantes. Municípios do Rio de Janeiro. 2021

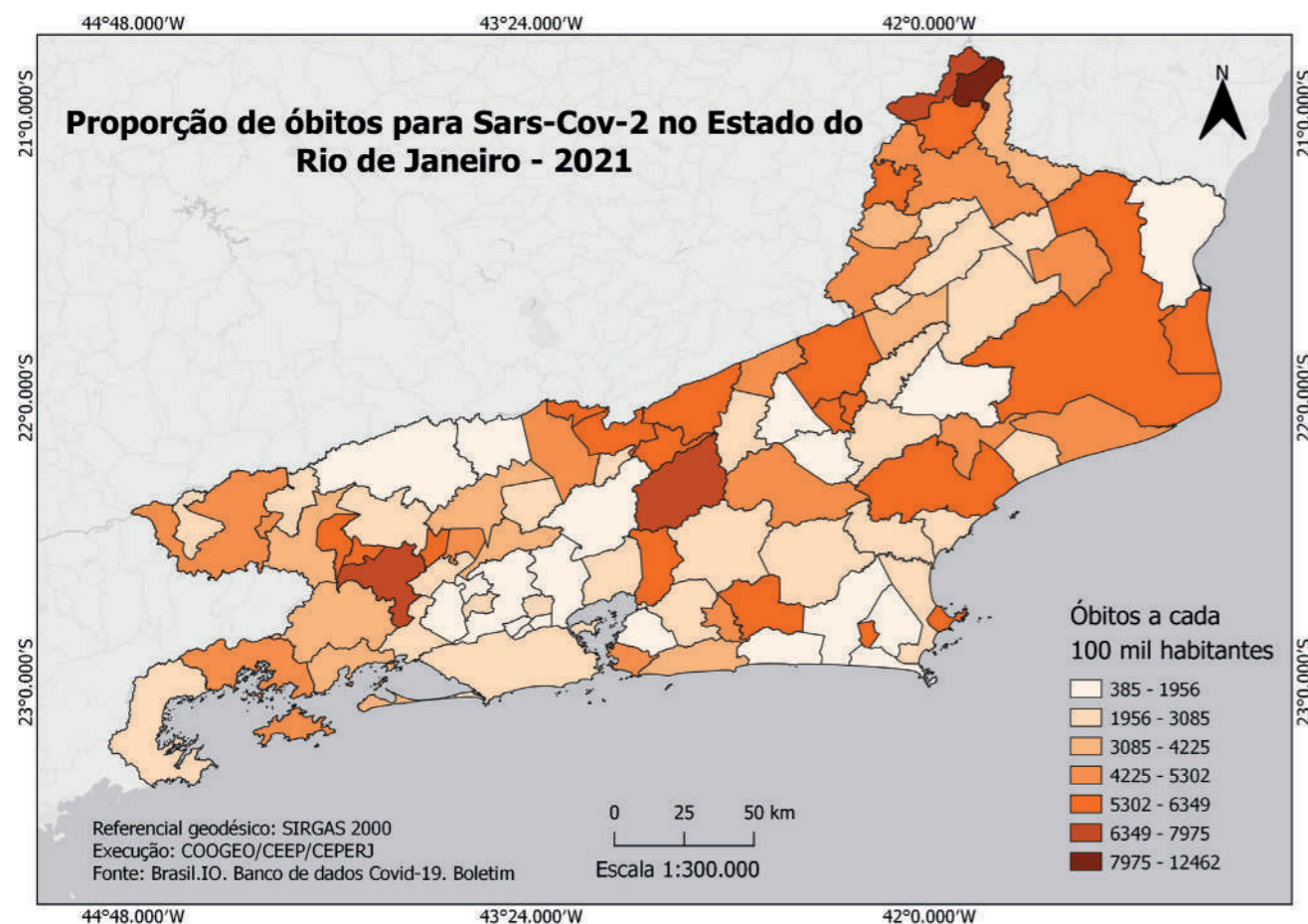


Fonte: Brasil.IO. Banco de dados Covid-19. Boletim

Em janeiro de 2021, as três cidades do estado do Rio de Janeiro com a maior proporção de casos positivos é Varre-Sai, Porciúncula e Tere-sópolis. Cada uma com, respectivamente, 12,4 mil, 7,9 mil e 7,7 mil casos confirmados para cada 100 mil habitantes. Na outra ponta, as cidades com as menores proporções são Rio das Flores (385), Japeri (754) e São Fidelis (954). Com

exceção das últimas três cidades mencionadas, todas as outras têm como resultado proporção acima de 1000 infectados para cada 100 mil habitantes. No ranqueamento, Rio de Janeiro ocupa a 56ª posição, São Gonçalo a 79ª e Duque de Caxias a 81ª posição, com, respectivamente 2,7 mil, 1,8 mil e 1,5 mil infectados para cada 100 mil habitantes.

Mapa 2. Proporção de óbitos para Sars-Cov-2 a cada 100 mil habitantes. Municípios do Rio de Janeiro. 2021



Fonte: Brasil.IO. Banco de dados Covid-19. Boletim.

Em se tratando do indicador *Óbitos por 100 mil habitantes*, as cidades com a maior proporção de fatalidades causadas pela covid-19 são Rio de Janeiro (245 habitantes a cada 100 mil), Sapucaia (241), Porciúncula (185), Rio Bonito (175) e Guapimirim (174). Por outro lado, as cidades com a menor proporção por 100 mil são Trajano de Moraes (9), Cordeiro (14), Mendes (16), Bom Jardim (18) e Miracema (22). Soma-

dos, cerca de 50 municípios do estado do Rio de Janeiro não ultrapassam os 100 casos por 100 mil habitantes. Observando as cidades com maior peso populacional, vê-se, além do supracitado Rio de Janeiro, o município de São Gonçalo (ocupando a 38ª posição) e Duque de Caxias (com a 40ª posição), ambas com, respectivamente, 107 e 106 óbitos para cada 100 mil habitantes da cidade.

Segurança Pública

Tabela 1. Taxa de incidência criminal por 100 mil habitantes segundo tipos de infração penal. Estado do Rio de Janeiro.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Vítimas de crimes violentos											
Letalidade violenta	36,5	30,8	28,8	32,7	34,8	30,3	37,6	40,1	39,4	34,6	28,2
Homicídio doloso	29,8	26,6	25,1	29,0	30,0	25,4	30,3	31,8	29,1	23,2	20,4
Lesão corporal seguida de morte	0,3	0,3	0,2	0,2	0,3	0,2	0,3	0,2	0,3	0,3	0,2
Latrocínio	1,0	0,7	0,9	0,9	0,9	0,8	1,4	1,4	1,0	0,7	0,5
Vítimas de crimes de trânsito											
Homicídio culposo	15,0	15,6	15,1	13,6	12,6	10,8	10,7	12,6	11,5	11,5	10,7
Registros de crimes contra o patrimônio											
Roubo de rua	491,2	412,9	362,0	441,4	580,4	515,3	764,0	746,6	767,1	697,8	414,4
Roubo a transeunte	396,2	339,4	305,3	370,3	488,8	395,4	564,0	511,0	519,3	453,7	266,6
Roubo em coletivo	51,3	40,1	29,8	37,7	44,4	47,2	82,5	90,8	92,0	88,9	53,1
Roubo de celular	43,7	33,5	26,9	33,4	47,1	72,7	117,5	144,9	155,8	155,2	94,7
Roubo de veículo	411,3	359,2	395,5	470,5	520,0	470,6	611,3	778,4	728,8	228,7	146,4
Totais de registros											
Roubos	752,4	662,1	639,4	770,9	959,8	893,9	1254,2	1369,2	1360,1	1154,4	713,6

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública - Sesp, Instituto de Segurança Pública - ISP.

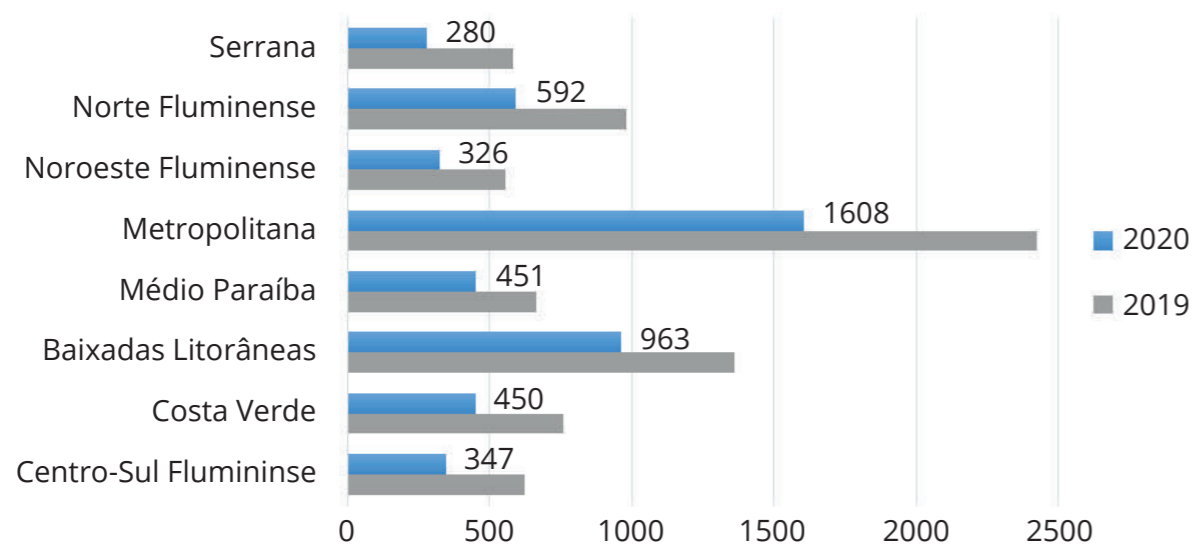
Em se tratando dos temas relativos à segurança pública é recomendado, na metodologia empregada, que os dados sejam apresentados por meio das taxas de incidência por 100 mil habitantes. Elas permitem que se estabeleça comparações entre diferentes territórios (sejam eles países, estados ou municípios) evitando as distorções causadas por diferenças populacionais.

Observa-se que, desde o primeiro ano da série histórica, o total de casos de letalidade violenta⁴

(Tabela 1) sofre significativo declínio até meados de 2012, quando atinge cerca a taxa de 29 casos a cada 100 mil habitantes. A partir desse ano, entretanto, a tendência se inverte e podemos ver um crescimento sustentado até meados de 2017 quando atinge novo ápice (embora com valores menores que aqueles observados em 2013). A partir de 2018, os dados de letalidade violenta recuam e atingem novo patamar histórico em 2020, o menor da série histórica com 28,2 casos por 100 mil habitantes.

⁴ O indicador "Letalidade Violenta" é composto pelo somatório das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e homicídio decorrente de oposição à intervenção policial ("autos de resistência"). O indicador faz referência às infrações penais com óbito, os quais impactam a sensação de segurança da população em geral.

Gráfico 1. Total de furtos e roubos por 100 mil habitantes. Regiões do Estado do Rio de Janeiro

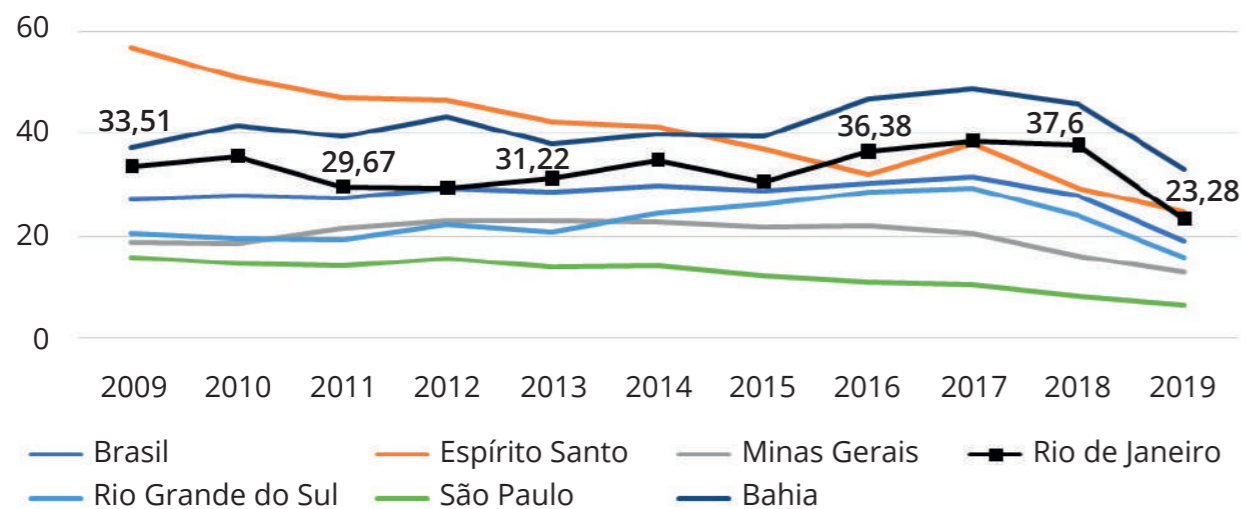


Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública - Sesp, Instituto de Segurança Pública - ISP.

O decréscimo no número de infrações penais não ocorreu apenas nos indicadores de "Letalidade violenta". Em relação à 2019, observa-se uma redução significativa no número total de furtos e roubos por 100 mil habitantes em 2020 em todas as regiões do estado do Rio de Janeiro (aproximadamente 39%, na média). A região metropolitana ainda é o aglomerado urbano com a maior proporção de roubos e furtos. Contudo, o número de casos recuou cerca de 33,8% em 2020. A redução mais brusca, po-

rém, é observada na região serrana do estado. O número total de casos recuou cerca de 52% em 2020. A menor redução ocorreu na baixada litorânea, com 29,4%. Como hipótese de pesquisa preliminar, é possível correlacionar essa redução com a pandemia do Sars-Cov-2. Isso é possível pois uma das formas de reduzir a transmissão comunitária do vírus é a recomendação do isolamento social (para mais detalhes, ver módulo Saúde), o qual, dificultaria o roubo e/ou furto a transeuntes, por exemplo.

Gráfico 2. Taxa de homicídio doloso por 100 mil habitantes

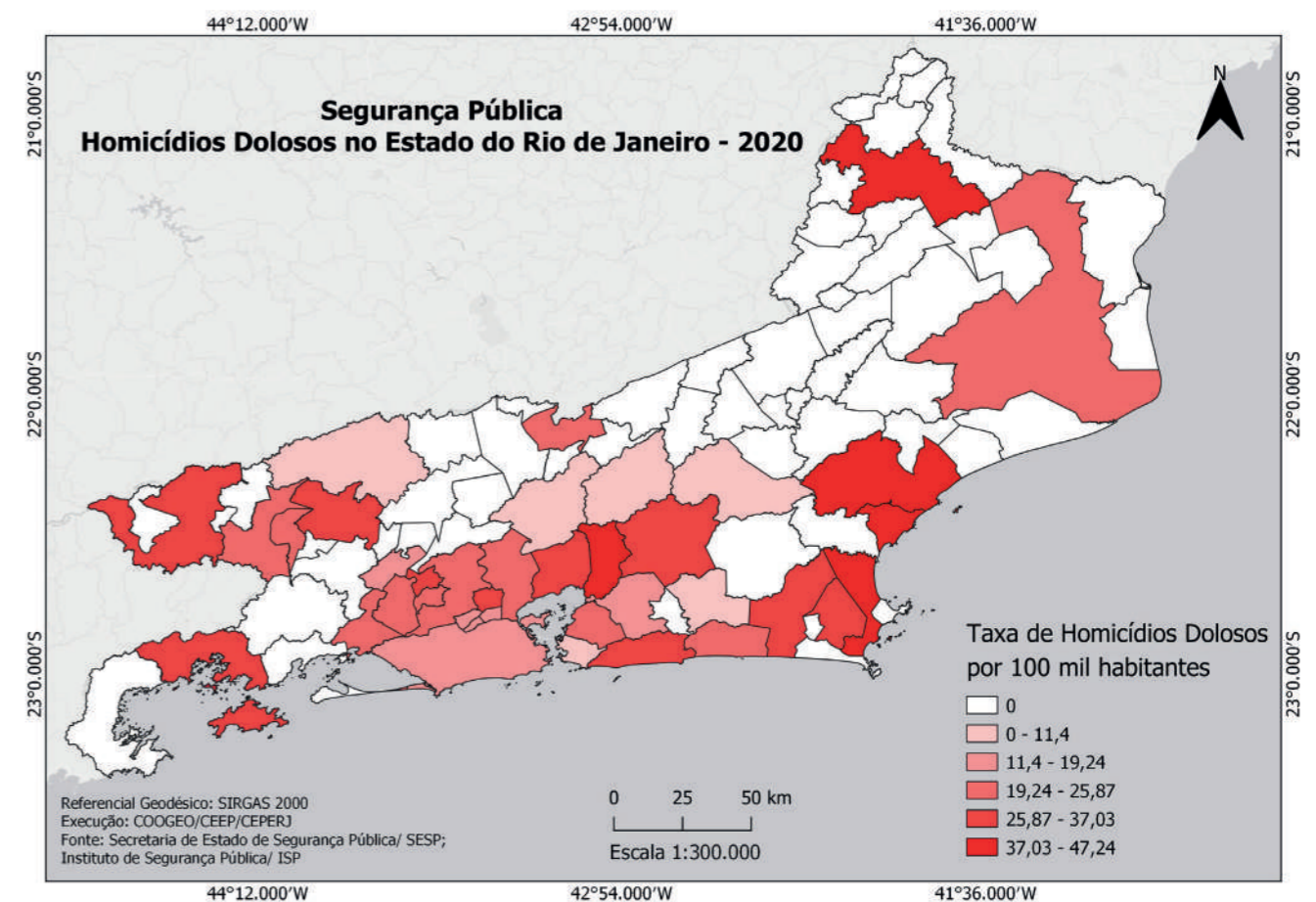


Fonte: Atlas da violência - Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Monitor da violência (G1).

O Gráfico 2 ilustra a série histórica de uma década (2009-2019) da taxa de homicídio doloso por 200 mil habitantes. É possível notar que há uma ligeira tendência de queda em todos os estados em análise até 2018, decrescendo brusca-

mente em 2019. A única exceção ficou por conta do estado da Bahia, que expressava uma significativa tendência de crescimento que também foi interrompida no ano de 2019. Em 2020, o estado com a menor taxa é São Paulo, com cerca de 6,38 casos de homicídio doloso para cada 100 mil habitantes; Rio de Janeiro e Espírito Santo se encontram praticamente empatados com, respectivamente, 23,3 e 24,6 casos por 100 mil habitantes.

Mapa 1. Taxa de homicídio doloso por 100 mil habitantes. Municípios do Rio de Janeiro. 2020



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública - Sesp, Instituto de Segurança Pública - ISP.

Em 2020, os três municípios com as maiores taxas de homicídio doloso por 100 mil habitantes foram Guapimirim (47,4), Macaé (45,1) e Rio das Ostras (41,8). Cerca de quinze municípios pos-

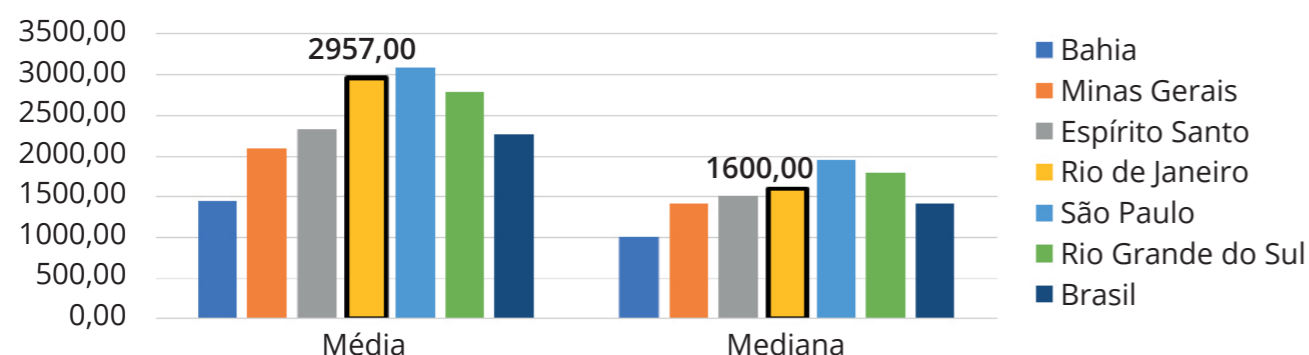
suem taxas acima de 30 casos por 100 mil, e apenas quatro cidades tem número de casos menos igual a 10. São elas, Niterói (9,7), Nova Friburgo (7,3), Petrópolis (7,1) e Rio Bonito (4,9).

Trabalho, Renda e Pobreza

Tratando-se do trabalho e renda, a média e a mediana dos rendimentos domiciliares nos permitem inferir sobre as possibilidades do padrão de consumo dos domicílios brasileiros. Portanto, em certa medida, nos auxilia a compreender as possibilidades de obtenção de bem-estar da po-

pulação. Vale ressaltar que o rendimento médio é uma medida sensível, ou seja, está mais suscetível a ser influenciada por valores extremos. É para matizar essa influência que optamos por incluir também a mediana, como ficará evidente no gráfico a seguir.

Gráfico 1. Média e mediana do rendimento real efetivo (R\$)

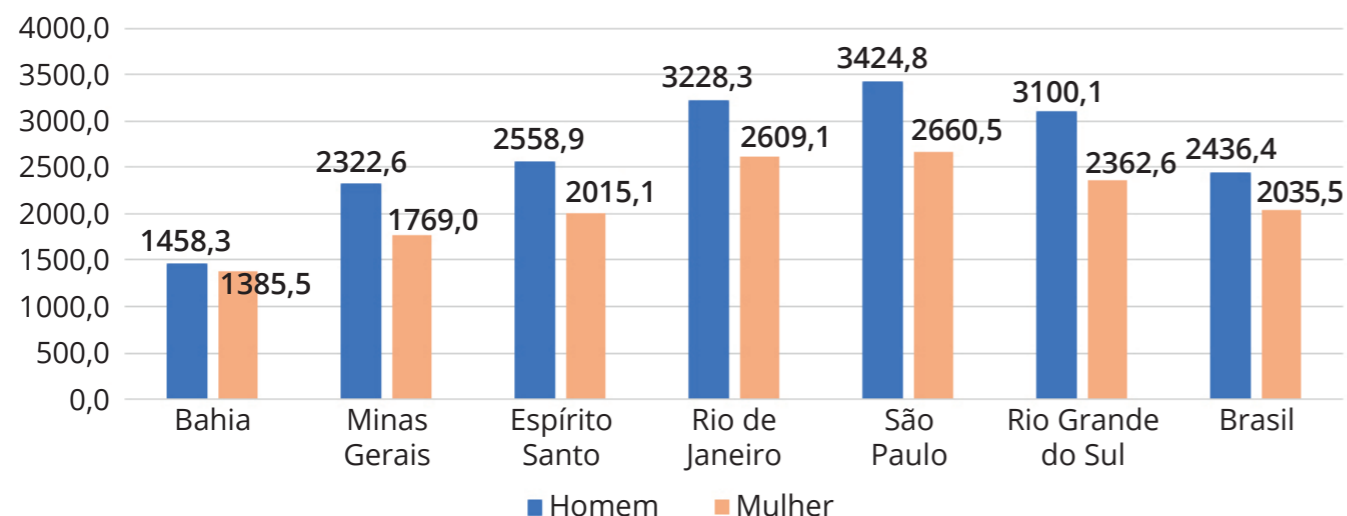


Fonte: Microdados. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Primeiro trimestre de 2020. IBGE.

Na comparação entre o Brasil e os estados selecionados, o Rio de Janeiro apresentou média do rendimento R\$ 2.957 em 2020, cujo valor é 30,2% acima da média nacional (R\$ 2.271). Na outra ponta temos a Bahia com o menor rendimento observado (R\$1.430), cuja média é cerca de 37% menor que a média nacional. São Paulo é o único estado

que supera a média de rendimento do Rio de Janeiro (5,8% maior que a média brasileira). Tratando-se do mediano da renda (menos influenciado por valores extremos) – indicador mais próximo do real poder de compra da população – verifica-se um rendimento de R\$ 1.600 reais. Esse valor é 14,3% maior que a média nacional.

Gráfico 2. Média salarial em relação ao sexo



Fonte: Microdados. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Primeiro trimestre de 2020. IBGE.

Tabela 1. Diferença do percentual de renda entre os sexos

Bahia	5,0%
Minas Gerais	23,8%
Espírito Santo	21,3%
Rio de Janeiro	19,2%
São Paulo	22,3%
Rio Grande do Sul	23,8%
Brasil	16,5%

Fonte: Microdados. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Primeiro trimestre de 2020. IBGE.

É normal observarmos nos mercados de trabalho pelo mundo inteiro algum grau de desigualdade salarial entre os sexos. Ele, em larga medida, limita os horizontes de possibilidades das mulheres no sentido a alcançar melhores meios de vida. Assim, quantificar essa desigualdade pode nos auxiliar na formulação de políticas públicas para redução ou mesmo superação de tal desigualdade.

O Gráfico 2 nos permite ver, em valores absolutos, a diferença salarial entre homens e mulheres. Enquanto no Brasil essa diferença é de aproximadamente R\$ 400 reais, no Rio de Janeiro a diferença é de R\$ 619,20 reais – em média. O rendimento das

mulheres no estado do Rio de Janeiro é o segundo mais alto entre os estados selecionados, com cerca de R\$ 2.609 reais. A Bahia é o estado que registra a menor diferença salarial (R\$ 73 reais). Entretanto, é a unidade federativa cuja renda média efetiva é a mais baixa. Isto é, ambos os sexos possuem baixo rendimento médio mensal. As mulheres no Rio de Janeiro têm rendimento médio 47% superior ao das mulheres e 44% superior ao dos homens do estado da Bahia. Como demonstra a Tabela 1, no Brasil os homens ganham em média 16,5% a mais que as mulheres. No caso do Rio de Janeiro, o rendimento de homens é 19,2% maior.

Tabela 2. Percentual das pessoas residentes em domicílios particulares em situação de pobreza e extrema pobreza, segundo as linhas de corte do Programa Bolsa Família. 2020

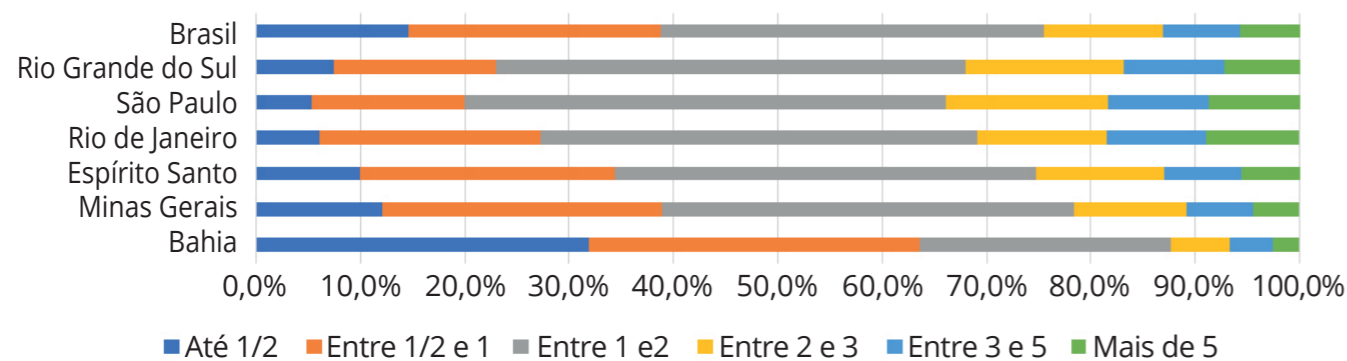
Situação de Renda	Brasil	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo	Rio Grande do Sul
Extrema pobreza (até R\$ 89)	4,45%	8,14%	5,61%	3,29%	1,32%	2,24%	5,71%
Pobres (de R\$ 89,01 até R\$178)	2,02%	5,20%	1,29%	0,85%	0,60%	0,52%	0,69%

Fonte: Microdados. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Primeiro trimestre de 2020. IBGE.

Uma das múltiplas formas de avaliar e quantificar a pobreza e a extrema pobreza é a partir das faixas de renda e dos critérios de elegibilidade previstos no Programa Bolsa Família (PBF). Considerando esse universo específico, no estado do Rio de Janeiro cerca de 1,3% da população fluminense se encontra em situação de extrema pobreza e 0,6% em situação de pobreza em 2020. Considerando as duas faixas, o

Rio de Janeiro é o estado com melhor posição dentre as unidades federativas selecionadas, com um total de 1,9% de sua população em situação de vulnerabilidade. São Paulo (2,8%) se encontra em segundo lugar, seguido pelo Espírito Santo (4,1%), Rio Grande do Sul (6,4%), Minas Gerais (6,9%) e, por último, pela Bahia: o estado com a maior proporção de população vulnerável (13,3%).

Gráfico 3. Proporção das faixas de renda salarial (salário mínimo)

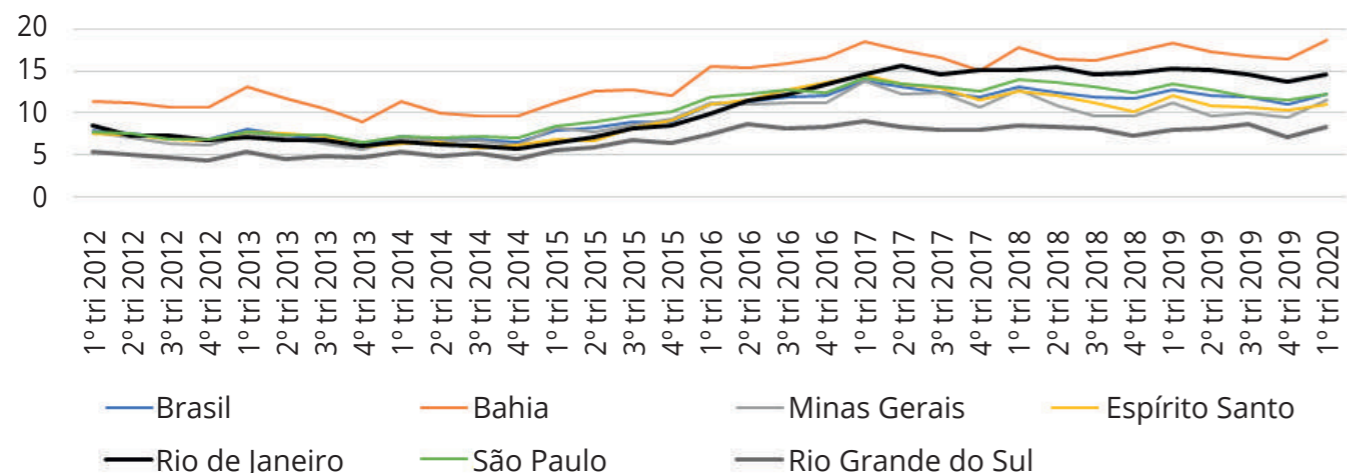


Fonte: Microdados. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Primeiro trimestre de 2020. IBGE.

O Gráfico 3 exibe a distribuição salarial no Brasil e nos seis estados selecionados. Pode-se observar que Rio de Janeiro (6,1%) e São Paulo (5,3%) possuem as menores proporções de trabalhadores que recebem até meio salário mínimo por mês. No outro extremo, o Rio

de Janeiro é o estado com maior proporção de pessoas que recebem mais de cinco salários mínimos por mês (8,9%), seguido por São Paulo (8,8%) e Rio Grande do Sul (7,3%). A Bahia se encontra em último lugar, com a menor proporção (2,5%).

Gráfico 4. Taxa de desocupação

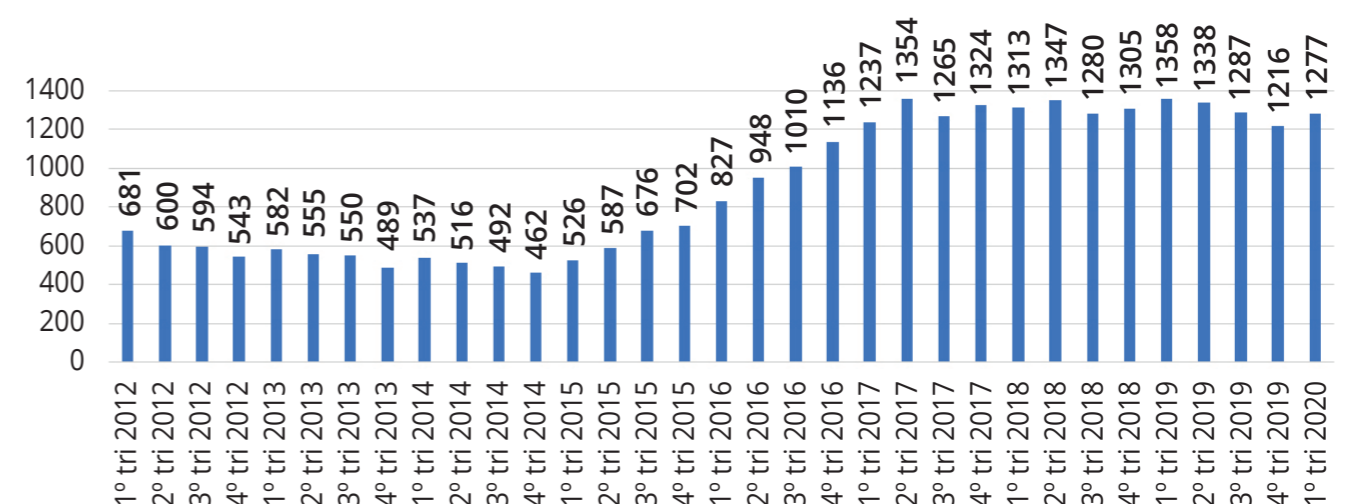


Fonte: Microdados. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. IBGE.

A Taxa de Desocupação diz respeito ao percentual das pessoas que procuraram mas não encontraram ocupação profissional remunerada, dentre todas aquelas na força de trabalho. No Rio de Janeiro podemos verificar uma tendência de queda na taxa de desocupação desde o 1º trimestre de 2012 até o 4º trimestre de 2014. A partir do 1º trimestre de 2015, no en-

tanto, a taxa apresenta um crescimento contínuo e atinge seu valor máximo no 2º trimestre de 2017, com cerca de 15,6%. A partir do 1º trimestre de 2019 a taxa evidencia um leve recuo, chegando a patamares próximos aos de 2016. Em 2020 apresenta novo crescimento (14,5%), cujo percentual é maior que a média brasileira (12,2%).

Gráfico 5. Pessoas desocupadas (mil) no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Microdados. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. IBGE.

O Gráfico 5 nos permite dimensionar em valores absolutos a taxa de desocupação no estado do Rio de Janeiro. No 4º trimestre de 2014 observamos o menor patamar de desocupados, aproximadamente 462 mil pessoas. Em menos

de três anos o valor atingiu a cifra de 1,3 milhões de desocupados. Desde então, só apresentou breve recuo no último trimestre de 2019, com 1,2 milhões de desocupados – patamar que se manteve em 2020.

Tabela 3. Proporção das pessoas ocupadas por grupamento de atividades

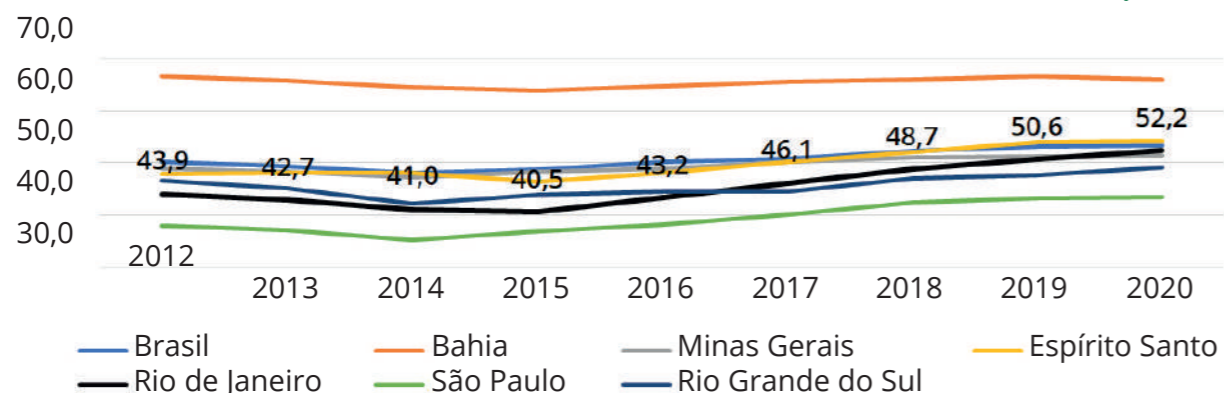
UF	Agricultura	Indústria geral	Construção	Comércio	Transporte	Alojamento e alimentação	Informação	Administração pública	Educação
Bahia	24,9%	8,0%	6,8%	17,1%	3,8%	5,8%	5,9%	5,0%	11,2%
Minas Gerais	19,2%	12,7%	6,7%	15,8%	4,5%	5,3%	8,4%	4,2%	10,7%
Espírito Santo	18,5%	10,3%	5,9%	17,8%	4,4%	6,2%	10,1%	5,4%	11,0%
Rio de Janeiro	2,5%	9,9%	6,9%	17,5%	6,7%	6,8%	14,4%	7,1%	14,3%
São Paulo	7,8%	14,9%	6,7%	16,8%	5,7%	5,6%	14,8%	3,7%	11,2%
Rio Grande do Sul	19,3%	13,1%	6,1%	16,2%	5,1%	4,3%	9,7%	5,2%	11,1%
Brasil	15,8%	11,3%	6,7%	18,1%	4,6%	5,5%	9,3%	5,6%	11,6%

Fonte: Microdados. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Primeiro trimestre de 2020. IBGE.

Entre a população ocupada (tanto formais quanto informais), o estado do Rio de Janeiro possui a menor proporção de trabalhadores no segmento da Agricultura (2,5%). Enquanto isso, a Bahia possui a maior proporção (24,9%) e a média nacional é de 15,8%. Por outro lado, o Rio também é o estado com menor proporção de trabalhadores na indústria, ficando à frente ape-

nas da Bahia e logo atrás do Espírito Santo. Somados, os segmentos de Comércio, Transporte e Alojamento e Alimentação representam cerca de 31% da população ocupada no estado do Rio de Janeiro. Ele também possui a maior proporção de trabalhadores na Administração Pública (7,1%), porcentagem aproximadamente 21% superior à média nacional.

Gráfico 6. Nível de informalidade no setor privado (%)

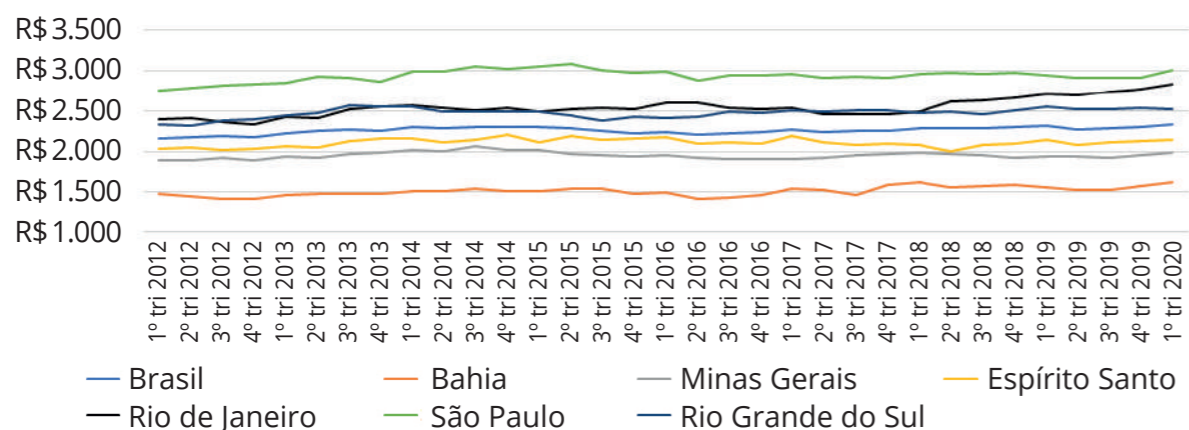


Fonte: Microdados. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. IBGE.

O indicador Nível de Informalidade no Setor Privado apresenta comportamento similar à Taxa de Desocupação, com queda entre 2012 e 2014, e elevação a partir do início de 2015. Isso significa que, no período, a proporção significativa que não estava desocupada (procurando trabalho) obtinha empregos caracteristicamente precarizados, em sua maioria informais (sem carteira de trabalho assinada ou autônomo sem contribuição para a previdência social). O Nível de Infor-

malidade atingiu 48,7% no 1º trimestre de 2018 e se manteve em tendência de crescimento, alcançando o patamar de 50,6% no ano seguinte e 52,2% em 2020 – a maior porcentagem da série histórica. O gráfico ilustra que Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais possuem níveis de informalidade em patamares ao redor dos 50% em 2020. Assim dizendo, a cada 1 trabalhador formal tem-se 1 trabalhador informal no mercado de trabalho desses estados.

Gráfico 6. Rendimento médio real do trabalho principal

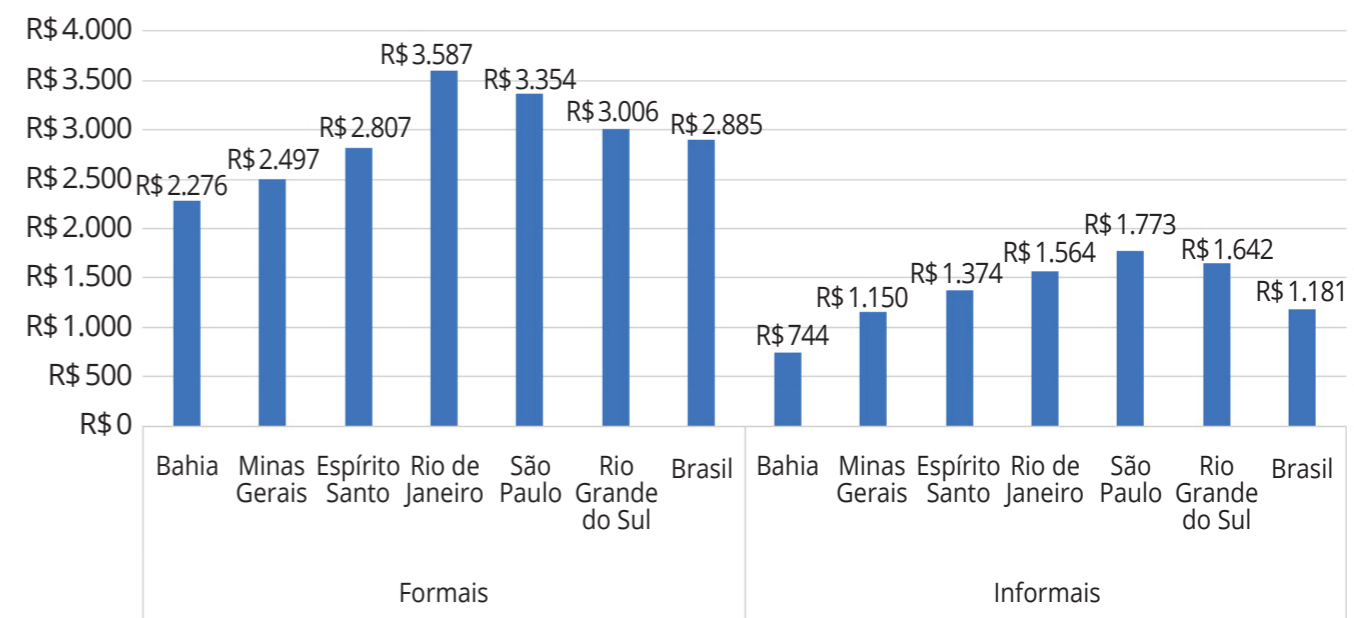


Fonte: Microdados. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. IBGE.

Estima-se que o rendimento médio real habitual dos trabalhadores do estado do Rio de Janeiro foi de R\$ 2.836 no 1º trimestre de 2020. Sendo esse um valor acima dos estados da Bahia (R\$ 1.610), de Minas Gerais (R\$ 1.985), do Espírito Santo (R\$ 2.147) e do Rio Grande do Sul (R\$ 2.521). As diferenças entre os rendimentos resultam da maneira com a qual o mercado de trabalho se organiza em cada região do país. Assim, o

rendimento do trabalhador sofre influência das características locais (potencialidades locais, incentivos fiscais, concorrência entre as empresas etc.) e dos atributos pessoais do trabalhador (sexo, idade, escolaridade, cursos profissionalizantes, treinamento e experiência profissional etc.). O rendimento médio do estado do Rio de Janeiro é cerca de 17,7% maior do que a média nacional (R\$ 2.333).

Gráfico 7. Média da renda dos trabalhadores informais e formais

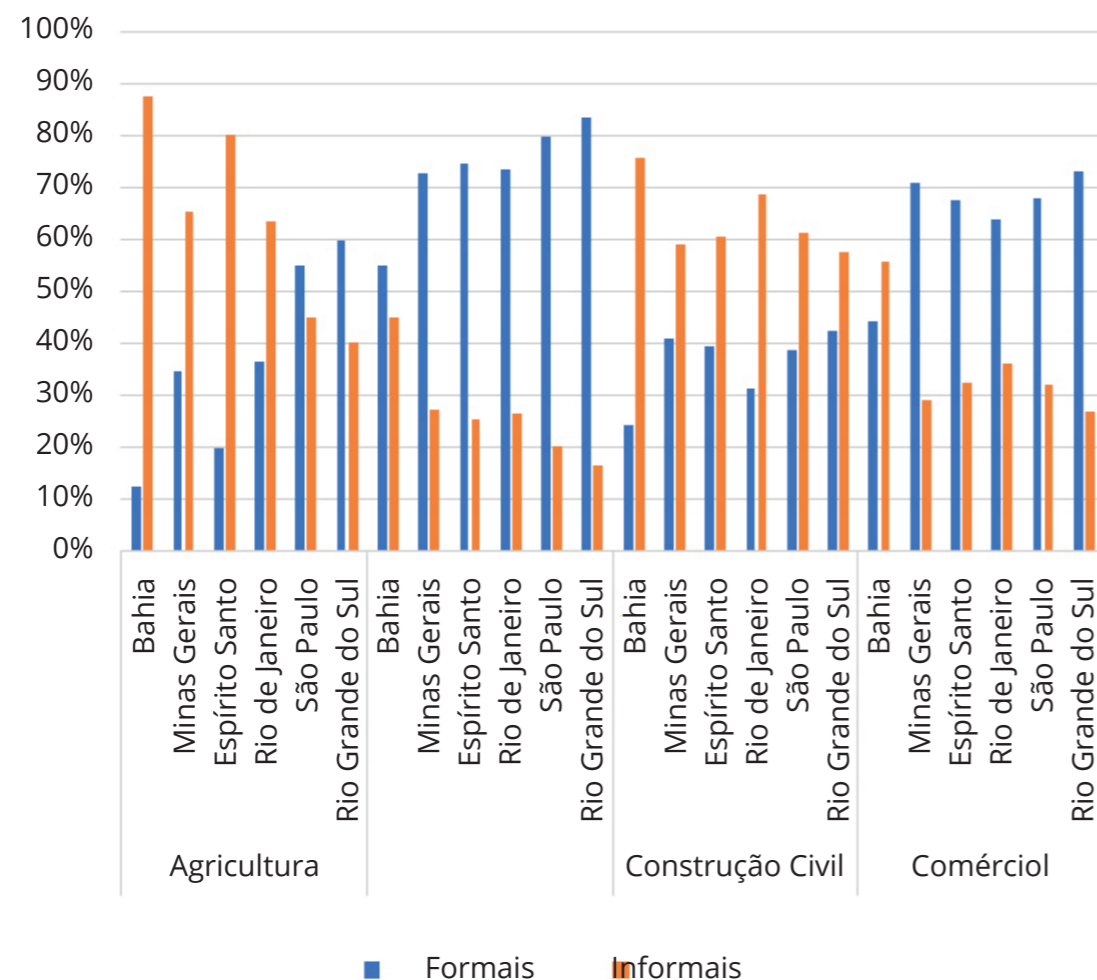


Fonte: Microdados. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Primeiro trimestre de 2020. IBGE.

O gráfico 7 nos permite verificar a diferença entre as médias do rendimento efetivo do trabalho principal dos trabalhadores informais e formais. Em outras palavras, observa-se como os rendimentos obtidos no segmento formal do mercado de trabalho (trabalhadores com carteira assinada, autônomos com contribuição para a previdência social, funcionários públicos etc.) são significativamente maiores dos que os rendimentos obtidos no segmento informal (sem carteira de

trabalho e sem contribuição para a previdência). A diferença salarial entre trabalhadores formais e informais na média nacional é de R\$ 1.704 reais em 2020. No Rio de Janeiro essa diferença é de R\$ 2.023 reais. Ou seja, os trabalhadores formalizados auferem rendimentos com valores aproximadamente 56% superiores daqueles em situação informal no mercado de trabalho. Essa diferença é de 47% em São Paulo e de 45% no Rio Grande do Sul.

Gráfico 8. Proporção de trabalhadores formais e informais por atividade econômica



Fonte: Microdados. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Primeiro trimestre de 2020. IBGE.

O gráfico 8 nos possibilita averiguar em qual segmento econômico os trabalhadores formais e informais se inserem ao ocuparem posições no mercado de trabalho. Observa-se que, no Rio de Janeiro, 63% de todos os trabalhadores da Agricultura são informais. A menor proporção observada nesse segmento é de 40% no Rio Grande do Sul e 88% na Bahia. Na Indústria, por outro lado, 74% dos trabalhadores são formalizados no Rio de Janeiro e o comércio segue patamar

semelhante (64%). A construção civil, por sua vez, tem 69% dos trabalhadores em situação de informalidade no estado do Rio de Janeiro. A menor proporção observada nos outros estados é verificada no Rio Grande do Sul (58%) e a maior encontrada na Bahia (76%). Faz-se necessário ressaltar que políticas de formalização dos trabalhadores promovem tanto a melhoria nas condições de trabalho dos mesmos, quanto permitem aumentar a receita obtida pelo estado correspondente.

Habitação e Saneamento

Tabela 1. Proporção de moradores em áreas rurais e urbanas

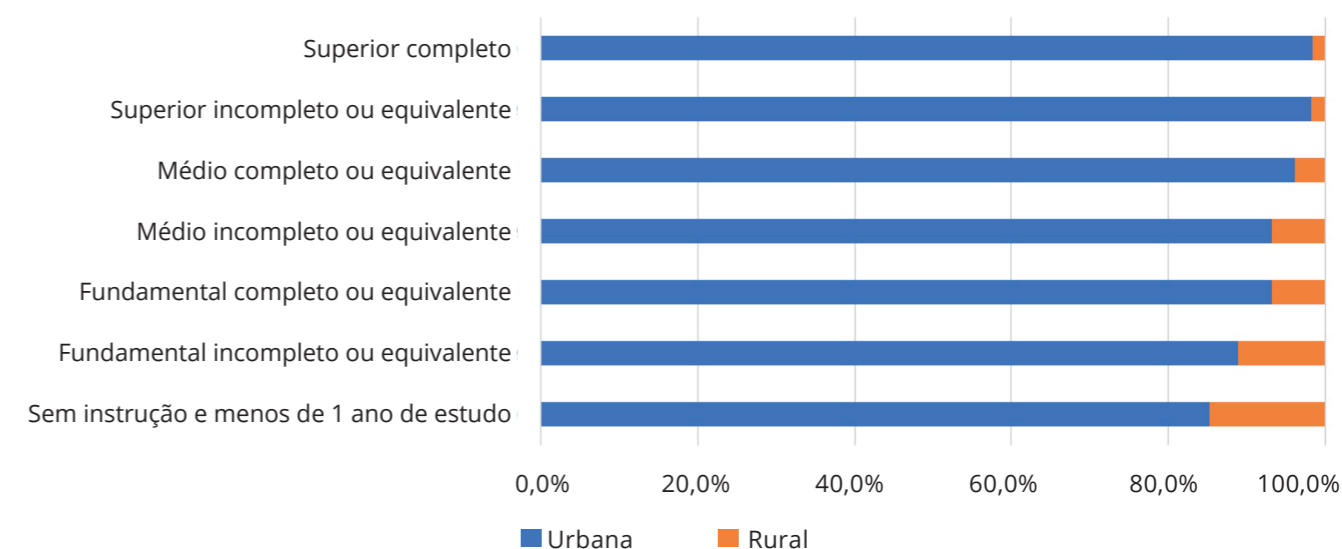
UF	2016		2020	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Bahia	58,0%	42,0%	58,1%	41,9%
Minas Gerais	71,4%	28,6%	72,6%	27,4%
Espírito Santo	81,1%	18,9%	80,6%	19,4%
Rio de Janeiro	93,4%	6,6%	93,3%	6,7%
São Paulo	82,1%	17,9%	82,7%	17,3%
Rio Grande do Sul	74,7%	25,3%	74,4%	25,6%
Brasil	72,3%	27,7%	73,3%	26,7%

Fonte: Microdados. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Primeiro trimestre. IBGE.

Em perspectiva comparada, o estado do Rio de Janeiro é a unidade federativa com a maior proporção (93,4%) de domicílios em zonas urbanas em 2016. Essa posição no ranqueamento se mantém estável em 2020, embora seja possível perceber um decréscimo de 0,1% na

proporção. Quatro anos depois, São Paulo também se mantém no segundo lugar (82,1%), seguido pelo Espírito Santo (81,1%) e Rio Grande do Sul (74,7%). Em se tratando do Brasil, aproximadamente 1 em cada 4 brasileiros moram em zonas rurais (27,7%).

Gráfico 1. Escolaridade segundo o tipo da situação da região. Rio de Janeiro. 2020



Fonte: Microdados. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Primeiro trimestre de 2020. IBGE.

Observando a escolaridade dos residentes em domicílios segundo o tipo da situação da região no estado do Rio de Janeiro podemos notar que, embora a maioria das pessoas sem instrução ou com menos de um ano de estudo

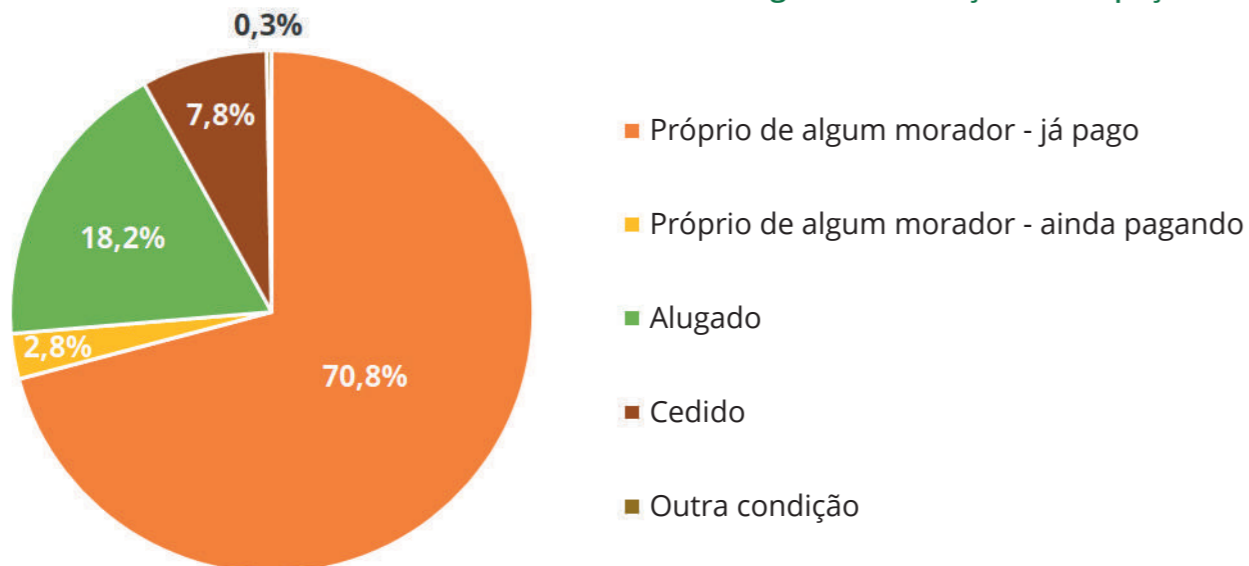
viva em áreas urbanas (85,2%), parte significativa (14,8%) reside nas zonas rurais. Por seu turno, a relativa maioria dos moradores do estado com ensino superior (98,3%) reside em zonas urbanas.

Tabela 2. Total de domicílios particulares permanentes por tipo de domicílio (mil). Rio de Janeiro. 2019

Tipo de domicílio	2019	%
Casa	4798	73,8
Apartamento	1690	26
Habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco	11	0,2
Total	6499	100

Fonte: Microdados. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. IBGE.

Gráfico 2. Percentuais de domicílios particulares permanentes, segundo a condição de ocupação. 2019



Fonte: Microdados. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. IBGE.

De acordo com os dados da PNAD Contínua, em 2019, aproximadamente 1 em cada 4 pessoas da população do estado do Rio de Janeiro reside em casas (Tabela 2), um recuo em relação a 2017 quando o percentual era de 76,2%. Em 2019 cerca de 7 em cada

10 habitantes moram em domicílios próprios (quitados), um decréscimo em relação à 2017 (72,9%). O maior aumento proporcional observado em relação à 2017 ocorreu no volume de pessoas que moram em domicílios próprios em débito (2,8%).

Tabela 3. Material predominante na cobertura (telhado). 2019

	2017	%	2018	%	2019	%
Telha sem laje de concreto	1285	20,4	1022	16	1116	17,2
Telha com laje de concreto	3274	51,9	3501	54,8	3262	50,2
Somente laje de concreto	1718	27,3	1845	28,9	2103	32,3
Outro material	27	0,4	17	0,3	18	0,3
Total	6305	100	6385	100	6499	100

Fonte: Microdados. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. IBGE.

Entre 2017 e 2018 observamos uma diminuição das residências com 'Telha sem laje de concreto', muito provavelmente correlacionada com o aumento da proporção dos domicílios com 'Telha com laje de concreto' (6,5%) e 'Somente laje

de concreto' (6,9%). Em 2019, vê-se aumento expressivo (18,3%) dos domicílios cujo material predominante é 'Somente laje de concreto', embora a maioria (50,2%) ainda seja os lares com 'Telha com laje de concreto'.

Tabela 4. Proporção e pessoas residentes em domicílios com restrição, por tipo de restrição. Estado do Rio de Janeiro. 2017 - 2019

Ano	Total (Mil pessoas)	Restrições ao acesso ⁵				
		À educação	À proteção social	À condições de moradia	À serviços de saneamento básico	À internet
2019	17264	20,6%	3,8%	12,1%	17,9%	10,8%
2018	17159	21,0%	4,1%	13,0%	16,7%	12,9%
2017	17051	22,7%	4,1%	13,1%	18,3%	18,4%

Fonte: Microdados. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. IBGE.

A Tabela 4 demonstra como, entre 2017 e 2019, o estado do Rio de Janeiro reduziu consistentemente os percentuais de restrição de acesso à educação, proteção sociais, condições adequadas de moradia e restrição à internet, com exceção apenas para o acesso ao serviço de saneamento básico. Em termos percentuais, embora 2019 tenha o maior total populacional (0,6% em relação à 2018), observa-se diferença de

0,4% pontos na restrição de acesso à educação, 0,3% na proteção social e 0,9% nas condições de moradia, além de queda de 2,1% na restrição de acesso à internet. Contrariando a tendência geral, a restrição de acesso a serviços de saneamento básico obteve aumento na diferença de aproximadamente 1,2% em comparação com 2018 - embora, a mesma restrição de acesso esteja 0,4%, menor em relação ao ano de 2017.

⁵ Nota técnica. De acordo com o IBGE, são consideradas pessoas com restrição à educação crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade que não frequentavam escola, pessoas de 15 anos ou mais de idade analfabetas e pessoas de 16 anos ou mais que não possuíam ensino fundamental completo. A restrição à proteção social precisa satisfazer duas condições: 1) serem residentes em domicílios onde não havia nenhum morador de 14 anos ou mais de idade que contribuía para instituto de previdência ou aposentado/pensionista; e 2) domicílios com rendimento real efetivo domiciliar per capita inferior a ½ salário mínimo, e com nenhum membro recebendo rendimentos de outras fontes - o que inclui programas sociais.

A restrição à condição de moradia, por outro lado, considera as pessoas residindo em domicílios sem banheiro de uso exclusivo do domicílio, com paredes externas construídas predominantemente com materiais não duráveis, com adensamento excessivo ou com ônus excessivo com aluguel. A restrição ao saneamento básico considera apenas as pessoas residentes em domicílios que não tinham acesso simultâneo aos três serviços que tratamos no início do presente módulo: coleta direta ou indireta de lixo, abastecimento de água por rede geral e esgotamento sanitário por rede coletora, pluvial ou fossa ligada à rede. Por último, a restrição à internet concerne às pessoas residentes em domicílios sem acesso à internet.

Conclusão

O estudo *Olhar Comparativo* buscou disponibilizar um conjunto de informações para fins de comparabilidade da *Qualidade de vida* entre estados brasileiros, particularmente Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo, e entre os municípios fluminenses. Alguns fenômenos devem ser analisados como processos mais amplos, ou seja, afetam o Brasil ou, ao menos, grande parte das unidades federativas, a exemplo das quedas das taxas de crescimento populacional ou os progressos observados nos resultados das Provas Brasil de Língua portuguesa e Matemática. Além disso, 2020 também carrega as dificuldades trazidas pela pandemia de Sars-Cov-2 que impactou sobremaneira a qualidade de vida das pessoas, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo.

Por outro lado, há questões particulares, que afetam de forma distinta o ERJ, como o desempenho no ensino fundamental e a incidência dos casos de tuberculose no estado e nos municípios.

Para efeitos de síntese dos capítulos e dos indicadores trabalhados no texto, foi organizado um quadro resumo com os principais pontos identificados por tema como meio para auxiliar o leitor a situar o desempenho do ERJ no conjunto geral dos estados e ao longo dos últimos anos.

Quadro resumo do Estado do Rio de Janeiro

Demografia

- O ERJ possui a terceira maior população do país com cerca de 17.366.189 pessoas.
- O ERJ possui aproximadamente 8,2% da população do Brasil concentrada em apenas 0,5% do território nacional.

- Estima-se que o Estado do Rio de Janeiro cresce em ritmo lento, atingirá seu ápice populacional por volta dos anos 2040, quando iniciará um processo de redução.
- Projeta-se que, em 2060, uma em cada quatro pessoas do ERJ terá idade acima de 60 anos.

Educação

- Em 2019, o ERJ apresenta saldo positivo de aproximadamente 10 mil novas matrículas na educação básica em relação à 2017.
- Vê-se um aumento de 42,3% no número de matrículas

- nas na Educação Profissional na comparação com 2017.
- O ERJ, assim como os outros Estados em análise, não atingiu a meta projetada do Ideb em 2019. Porém, na média, há crescimento positivo no resultado das Provas Brasil Língua Portuguesa e Matemática.

Saúde

- Em 2020 observa-se no ERJ um salto positivo no número de leitos de UTI (crescimento de 22,8% em relação à 2019), resultado direto da resposta governamental à pandemia.
- O ERJ possui cerca de 2,19 leitos por 100 mil habitantes; ocupa a segunda melhor posição entre os

Estados analisados

- O ERJ registra 166 óbitos causados pela covid-19 a cada 100 mil habitantes. A cidade com maior proporção é Rio de Janeiro (245 habitantes a cada 100 mil).
- Mais da metade dos municípios do ERJ não ultrapassam os 100 óbitos por 100 mil habitantes.

Segurança

- A partir de 2018 os dados de letalidade violenta decrescem consistentemente e, em 2020, atingem o menor patamar da série histórica com 28,2 casos por 100 mil habitantes.
- Em relação a 2019, observa-se redução significativa no número total de furtos e roubos por 100 mil

habitantes em 2020 em todas as regiões do Estado do Rio de Janeiro.

- A região metropolitana recuou o número total de furtos e roubos em 33,8% em 2020. O maior recuo foi observado na região serrana do Estado (52%)
- Redução expressiva no ERJ na taxa de homicídio doloso. Cerca de 23,3 por 100 mil habitantes.

Trabalho, renda e pobreza

- O ERJ, em 2020, apresentou média do rendimento de R\$ 2.957, valor 30,2% acima da média nacional (R\$ 2.271).
- A diferença salarial entre homens e mulheres no Rio de Janeiro é, na média, de R\$ 619,20 reais.
- Em 2020, no ERJ, 1,3% encontra-se em situação de extrema pobreza e 0,6% em situação de pobreza.
- No 1º trimestre de 2020, a taxa de desocupação

foi de 14,5%, percentual é maior que a média brasileira (12,2%).

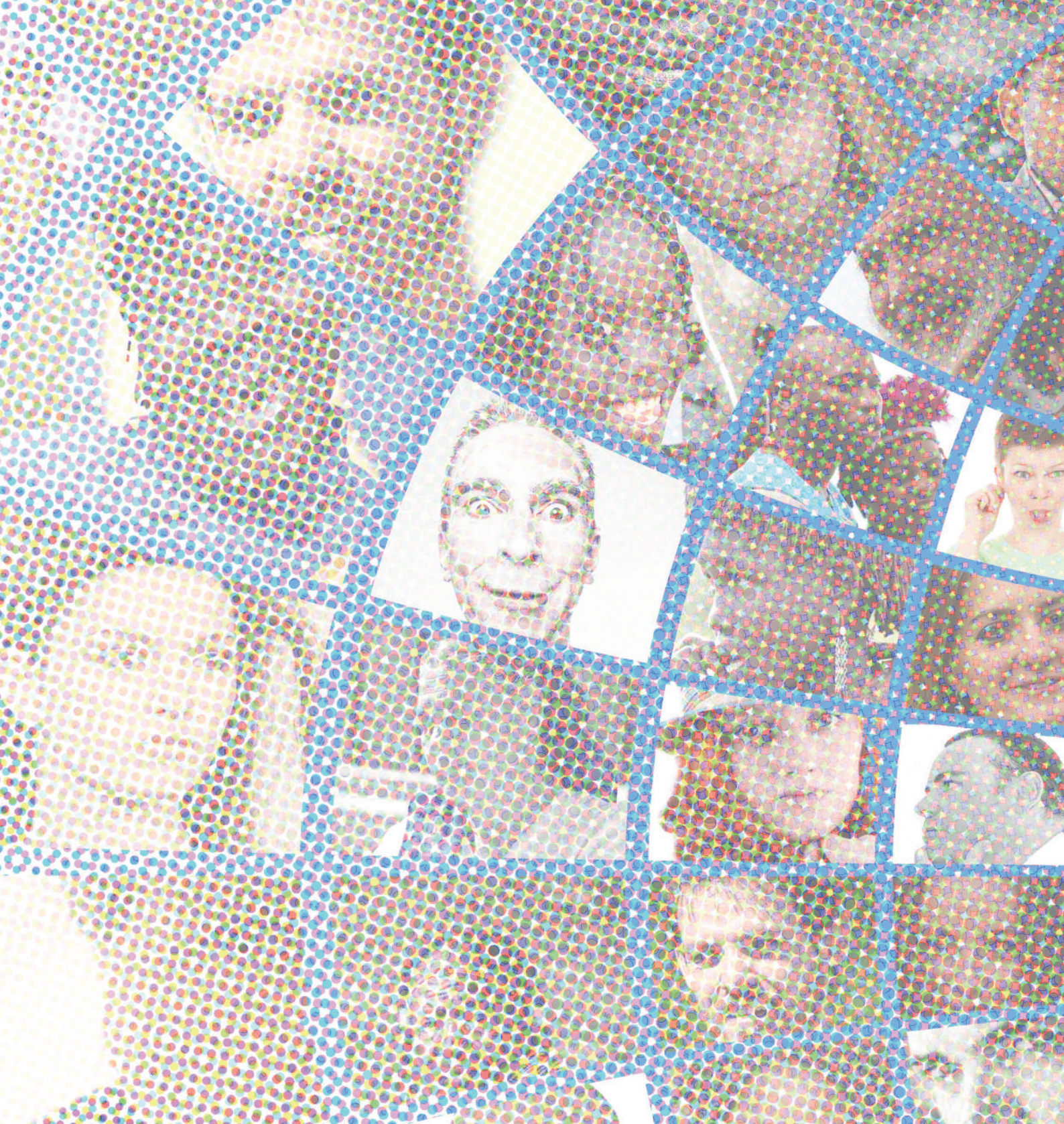
- O ERJ possuem níveis de informalidade ao redor dos 52,2% em 2020.
- Estima-se que o rendimento dos trabalhadores do ERJ foi de R\$ 2.836 no 1º trim. de 2020, cerca de 17,7% acima da média nacional
- A diferença salarial entre trabalhadores formais e informais é de R\$ 2.023 reais, na média.

Habitação e Saneamento

- Cerca de 93,3% dos habitantes do ERJ reside em zonas urbanas.
- Aproximadamente 1 em cada 4 pessoas da população do ERJ reside em casas e cerca de 7 em cada 10 habitan-

tes moram em domicílios próprios (quitados), em 2019.

- Em 2019, com exceção o acesso à serviço de saneamento básico, o ERJ reduziu consistentemente os percentuais de restrição de acesso à internet, educação, proteção sociais e condições adequadas de moradia.



**FUNDAÇÃO
CEPERJ**



**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**